



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 25ª
(VIGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 5 DE ABRIL DE 2005

166
25
—
91 bandas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes atas:

- Ata da 6ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 24ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 95, de 24/5/2005, juntamente com a ata sucinta da 25ª Sessão Ordinária.)

(Assume a Presidência o Deputado Fábio Barcellos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Solicito aos Parlamentares presentes, à assessoria e a todas as pessoas presentes no plenário que fiquemos de pé e façamos um minuto de silêncio em razão do falecimento do nosso Pontífice.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Odilon Aires. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PRONA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, galeria, assessores, é com muito pesar que hoje, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, essa caixa de ressonância que tem voz e vez no meio do povo, subo a esta tribuna para lamentar a perda irreparável de um ente tão querido como é o nosso Papa João Paulo II.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	3

A sua visita ao Brasil foi marcada por uma benção muito especial. O povo fez questão de cantar uma música que marcou a vida do santo Papa João Paulo II. Tanto é que, em uma das visitas dos bispos do Brasil a Roma, eles tiveram de declinar o hino cantado pelo povo brasileiro. Embora eles não soubessem muito bem a letra, essa atitude trouxe alegria ao Papa, que recordou o tempo em que esteve no Brasil.

Ao mesmo tempo em que lamentamos, também nos alegramos. Quem crê em Deus sabe do que estou falando. Acredito que todos aqui cremos em Deus e sabemos que a vida neste mundo é apenas uma passagem, é apenas o começo da vida eterna. E depende de cada um de nós, Deputados, assessores, funcionários desta Casa, e de cada pessoa, individualmente, transformar o mundo, para que o Reino de Deus possa começar aqui mesmo na Terra.

Se houve alguém que marcou a sua presença no mundo de maneira significativa, essa pessoa foi João Paulo II, que, certamente, foi o Papa do século, a personalidade do século. Ele deixou traços, deixou marcas boas. Nas horas alegres, ele esteve presente; nas horas em que foi preciso haver rigor, ele usou o chicote.

Sua Santidade teve coragem de chamar as potências mundiais para que se curvassem diante dele e as advertiu, principalmente quanto à guerra do Iraque, quando chamou Jacques Chirac, Saddam Hussein e o próprio George W. Bush, Presidente dos Estados Unidos. Naquele momento, ele pediu que não houvesse guerra, que não fizessem ali um campo de batalha, que não ferissem, que não matassem, que não guerreassem. No entanto, aqueles governantes não quiseram dar ouvidos à sua voz, que era o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	4

clamor do povo. Nenhum de nós era favorável à guerra. Na última hora, ele ainda chamou a atenção desses governantes, dizendo que a responsabilidade era deles porque, diante de Deus, ~~ele~~ lamentava, mas fez seu apelo, em nome do povo, para que aquilo não acontecesse. Infelizmente, são pessoas inábeis, que parecem olhar para seus próprios umbigos e esquecem que há pessoas inocentes que morrem em consequência da guerra.

Este ano realizamos a campanha da paz entre as famílias, entre os povos. Se houve um promotor da paz, uma pessoa que bradasse alto a vontade de Deus, que fizesse com que o Reino de Deus começasse aqui na Terra para que cada um de nós se sentisse irmanado, essa pessoa foi João Paulo II. Ele certamente colaborou muito para isso.

Mas eu me alegro também, porque tenho certeza de que a passagem dele desta vida para a outra, a sua morte, deu-se apenas para deixar mais alguns sinais de que ele estava junto com o povo. Agora, com certeza, ele está na glória de Deus, intercedendo por cada um de nós aqui da Terra.

De certa forma, também me entristeço porque, na verdade, sentimos que estamos perdendo um ente muito querido, muito próximo. Eu rezava o terço todos os dias e, no final, rezava um Pai Nosso, uma Ave Maria e um Glória ao Pai na intenção do santo padre, o Papa. Fazia isso diariamente e ainda o faço. Sabemos que ele está face a face com Deus, o que nos conforta.

Sr. Presidente, temos até que festejar, pois é mais um santo no céu para interceder por nós. É claro que outros papas virão e continuarão a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	5

obra desenvolvida pelo Papa João Paulo II. Esta Casa não poderia deixar de prestar esta homenagem ao Papa.

Como membro do Prona, acredito que podemos conseguir a igualdade entre os povos, a melhoria dos salários e da qualidade de vida das pessoas por meio do nosso partido. É essa a mensagem que eu e o Deputado José Edmar, que compomos o Prona, queremos transmitir nesta Câmara Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo uma boa tarde a cada uma das pessoas presentes no plenário.

Quero me somar às palavras do Deputado Wilson Lima no que diz respeito à morte do Papa, uma perda para a humanidade. Um papa estadista que teve a humildade de pedir perdão por todas as atrocidades que foram feitas à humanidade pelos homens, em nome da própria Igreja. Um papa que demonstrou uma profunda tolerância com todas as opções que os seres humanos fizeram para estabelecer o seu diálogo com Deus.

Sr. Presidente, quero também me referir a uma decisão do Ministério Público do Distrito Federal, do Procurador-Geral do Distrito Federal, que encaminhou ao Tribunal de Justiça a solicitação de intervenção federal no Governo do Distrito Federal em função de dois elementos básicos: uma violação contumaz aos direitos humanos, aos direitos da criança e do adolescente, de restrição de liberdade, nas unidades do Distrito Federal; e,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	6

ao mesmo tempo, o desrespeito do Governo do Distrito Federal a uma sentença judicial proferida há mais de dez anos. Existe uma sentença já transitada em julgado há mais de dez anos nesta unidade da Federação que impõe ao Governo do Distrito Federal o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, já estabelecido no País, no que diz respeito à adequação das unidades e da implementação das medidas socioeducativas ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sr. Presidente, estivemos, ainda no ano passado, com o Secretário Especial dos Direitos Humanos, Deputado Nilmário Miranda, e lemos um dossiê elaborado pelo Fórum de Entidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. No documento não havia qualquer sombra de dúvida de que este Governo desrespeita o Estado Democrático de Direito, desrespeita o Judiciário, torna letra morta uma sentença judicial e, ao mesmo tempo, tem uma prática cotidiana de violação de direitos humanos. O que perpassa pela instituição chamada Caje é uma das mais brutais violações não apenas à lei, mas ao direito de existirmos como seres humanos. Ali, Sr. Presidente, atesta o relatório da comissão que foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: há distribuição indiscriminada de ansiolíticos; não há colchões suficientes para que se respeite o direito dos adolescentes de dormir e se respeite, portanto, a sua dignidade humana; e as escolas e as oficinas não abrigam o conjunto dos adolescentes ali internados. Há hoje, no Caje, mais de cem adolescentes que correm risco em sua integridade física e se encontram seguros em locais que se caracterizam como verdadeiras masmorras. Isso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	7

foi constatado pela comissão estabelecida pelo CDDPH, que obteve e acatou denúncia formulada por nós em nome do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aqui no Distrito Federal.

Essa deliberação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi encaminhada para a Procuradoria-Geral da República, para o Procurador-Geral Cláudio Fonteles, e foi encaminhada para o Ministério Público do Distrito Federal, que se deteve sobre ela. O Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal visitou a própria instituição para atestar ali a veracidade da denúncia já consolidada no relatório final.

Sr. Presidente, em função de todo este processo de apuração, decide a Procuradoria-Geral do Distrito Federal encaminhar ao Tribunal de Justiça a decisão ou a sugestão de intervenção federal no Distrito Federal em função do descumprimento de sentença judicial e em função da violação contumaz e contundente dos direitos da criança e do adolescente.

No estudo elaborado pelo Ministério Público do Distrito Federal, nós vemos dados estarrecedores, que indicam que não houve nenhuma prioridade orçamentária, como prevê a lei. A lei neste país dispõe que a criança e o adolescente são prioridade absoluta da sociedade, da família e do próprio Estado. Vimos que, na peça orçamentária de 2004, não foram priorizadas as políticas para a criança e o adolescente. Menos de 1% do que estava previsto para a execução de medidas socioeducativas foi implementado. Pasmem! A verba que foi destinada à publicidade em 2004 supera em 1.100 vezes a que foi usada para implementação das medidas socioeducativas de crianças e adolescentes. Mais que isso: das 247 obras que estão previstas e em andamento pelo Distrito Federal e que têm servido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	8

de objeto de extrema publicidade, não existe nenhuma destinada para cumprimento de medidas socioeducativas de crianças e adolescentes.

Além disso, nós vemos que, em função desta negligência e deste descaso, os atos infracionais provocados por adolescentes no Distrito Federal aumentaram mais de seis vezes, segundo pesquisa do Ministério Público. Aliás, no Distrito Federal, há o maior número de adolescentes autores de atos infracionais por habitantes do País. Ou nós despertamos para essa realidade e vemos que instituições como o Caje não recuperam... Uma pesquisa da própria Secretaria Especial de Ação Social feita em 2000 atesta que a reincidência no Caje é de 74%. Basta que se cumpra a lei para que essa quantidade de adolescentes que morrem e matam nesta cidade seja reduzida.

Há experiências, como as de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de São Carlos e inúmeras outras, que indicam que, com a aplicação do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, a reincidência cai para menos de 3%.

Encerro fazendo um chamamento para que todos desta cidade possam se dar conta do que, de fato, acontece por trás dos muros dessa instituição, que virou uma verdadeira escola do crime de adolescentes, que voltam ao convívio social mais revoltados, mais insatisfeitos e em maior desarmonia com as leis sociais do que quando lá entraram. Eu diria que 87% dos adolescentes que estão hoje no Caje por serem autores de latrocínio tiveram sua primeira passagem por crime contra o patrimônio, em geral, por furto de objetos pessoais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	9

Ou fazemos com que as nossas instituições se enquadrem na lei ou a população continuará pagando R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), em média, por cada adolescente que está no Caje, para eles retornarem ao convívio social mais revoltados e mais destituídos da sua condição humana do que quando entraram no Caje.

Essa é uma questão que cabe a cada um de nós discutir de forma diferente para que, enfim, nossos adolescentes tenham o direito livre de sonhar, por serem adolescentes, e nossas crianças tenham o direito livre de brincar, por serem crianças. São necessárias políticas públicas sociais básicas - inexistentes nesta cidade • para que as nossas crianças sejam simplesmente crianças e nossos adolescentes, simplesmente adolescentes.

Finalizo parabenizando o Ministério Público do Distrito Federal pela ousadia e pela coragem de propor intervenção no Governo do Distrito Federal para se cumprir a lei aqui. Não queremos a intervenção. Queremos apenas que a dignidade dos adolescentes seja respeitada e que possamos construir uma sociedade tecida com os laços e os fios do respeito e da dignidade humana.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, convido todos os Deputados e Deputadas, jornalistas, assessores e a população geral para participarem amanhã de um evento que estamos promovendo: o lançamento de uma campanha - que há de ser nacional - em favor do desarmamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	10

Deputada Aríete Sampaio, estamos hoje sob uma pressão muito grande do chamado "*lobby* da bala", que tenta, de toda maneira, evitar a aprovação do referendo sobre o Estatuto do Desarmamento, aprovado pelo Congresso Nacional, que prevê a manifestação do povo a favor ou contra a proibição da comercialização de armas de fogo e de munições. Estamos na iminência de essa pressão ser de tal maneira que os prazos sejam vencidos e a convocação desse referendo seja inviabilizada. Por isso, estamos convidando para amanhã todos os partidos políticos, as entidades sindicais de trabalhadores e empresariais, as organizações da sociedade civil e as organizações não-governamentais que movimentam essa campanha em favor do desarmamento geral da sociedade, que é fundamental para termos um mundo com menos violência, com mais paz para a sociedade brasileira.

Deputado Fábio Barcellos, eu gostaria que V.Exa., como Presidente da Câmara Legislativa, participasse desse evento, que marcará o engajamento da sociedade de Brasília numa campanha de caráter nacional, Essa campanha, Sr. Presidente, é suprapartidária. Em nível nacional, expressões de todos os partidos, tanto da base de sustentação do Governo Lula, quanto dos partidos de oposição, estarão irmanados numa convergência maior em defesa de um país desarmado, um país que seja capaz de proporcionar dias mais tranquilos, principalmente para a nossa juventude e infância.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Odilon Aires. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	11

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Ivelise Longhi.

DEPUTADA IVELISE LONGHI (PMDB. Para breve comunicação.

Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores da Casa, senhores jornalistas, venho a esta tribuna porque, na semana passada, um fato chamou-me bastante a atenção nesta Casa. Esse fato trouxe-me à lembrança duas histórias que eu gostaria de contar para os senhores, e acredito que elas se ligam ao fato a que me referi.

A primeira história aconteceu há alguns anos. O nosso grande cantor e compositor Jorge Ben Jor, autor de grandes clássicos da MPB, criou entre tantas músicas bonitas, a canção Taj Mahal. Certo dia, ele soube do sucesso muito grande dessa música na voz do cantor escocês Rod Stewart, do qual gosto bastante. O brasileiro estranhou não estar recebendo *royalties* por essa música. Jorge Ben Jor sequer havia sido comunicado de que aquele cantor estava tendo um sucesso tão grande na Europa com música de sua autoria. Percebeu que sua obra havia sido plagiada, já que Rod Stewart a apresentava como sua. Jorge Ben Jor entrou com ação na Justiça e ganhou indenização, porque a ação foi considerada roubo de direitos autorais.

Semana passada li um artigo que achei interessante. O escritor Luís Fernando Veríssimo, meu conterrâneo gaúcho, conta a história de um livro intitulado *Quase*. Ele estranhou que essa publicação, que alcançou sucesso enorme na Europa, estivesse sendo apresentada como de sua autoria. Ele nunca houvera escrito aquele livro. Portanto, neste caso aconteceu o contrário do que aconteceu naquele. O escritor foi à imprensa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	12

dizer que não era autor daquele livro. Mais tarde soube que a obra era de uma universitária. Assim, Luís Fernando elogiou muito a obra, mas esclareceu que não era de sua autoria.

Como vemos, senhores Deputados, amigos da imprensa, esses são dois casos de uso indevido do trabalho de outra pessoa. Um deles teve de ir à Justiça para ser indenizado. No outro, a própria pessoa percebeu o equívoco e o corrigiu.

Por que estou contando essas duas histórias? Porque, na semana passada, fiquei um pouco surpresa, até perplexa, quando me disseram que um projeto que eu conhecia bastante havia sido apresentado. Mostraram-me o Diário da Câmara Legislativa.

Não sei se os senhores recordam que, no dia 4 de agosto do ano passado, protocolei nesta Casa um projeto de lei sobre parcelamento do solo. Trata-se de projeto extremamente complexo. Ele foi votado depois de uma sessão extraordinária e gerou polêmicas. Tivemos, inclusive, dúvidas sobre se ele possuía inconstitucionalidade ou não e sobre o que poderia ser mudado. Perguntamos, Deputado Fábio Barcellos, o que poderíamos mudar no projeto por meio de emendas. A proposição foi aprovada com quatorze votos, em primeiro e segundo turnos. A redação final também foi aprovada. Posteriormente, o projeto foi vetado pelo Exmo. Sr. Governador, que alegou vício de iniciativa.

O projeto foi extremamente elogiado por ser complexo. Trabalhei nele quase vinte e três anos. Ele é resultado de tudo o que aprendi na minha vida profissional, com a ajuda de alguns colegas, meus assessores no gabinete. Essa proposição foi vetada. Em seguida, apresentamos um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	13

arrazoado. Conversamos com a Procuradoria do Distrito Federal e com o Sr. Governador e mostramos que não havia vício de iniciativa. Então, o Sr. Governador encaminhou mensagem a esta Casa para que fosse desprezada a Mensagem nº 71, que fazia referência ao veto apostado ao meu projeto. A mensagem não foi retirada, contudo, O veto foi apreciado na sessão do dia 9 de março de 2005, e o veto do Sr. Governador foi mantido. O Relator do veto foi o Deputado Brunelli.

Agora, Sr. Presidente - não sei se fico lisonjeada, visto que o projeto é muito bom -, o PLC nº 109/2005, de autoria de vários Deputados, cópia do meu projeto, foi apresentado. Até estranhei que Deputados que me apoiaram durante a aprovação do projeto - como a Deputada Aríete Sampaio e toda a bancada do PT, a quem agradeço - e outros Deputados da nossa bancada não assinaram o projeto novamente.

Coincidentemente, retornei a esta Casa no dia 23 de março, quando foi apresentado o PLC nº 109/2005, cópia exata do Projeto de Lei Complementar nº 91, de minha autoria. Ele é cópia do projeto original, sem as emendas. Verifiquei o Diário da Câmara Legislativa. A proposição vem com treze assinaturas. Fiquei preocupada sobre se a reapresentação do projeto na mesma legislatura não traria prejudicialidade ao projeto.

Eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que precisamos ter o cuidado de zelar pela ética e pelo resguardo de autoria não só de projetos, como também de várias outras questões. Temos tido a preocupação de aguardar e - até por questão moral - de citar o autor do projeto, quando um projeto prejudicado é importante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	14

Esta Casa já sabia que eu retornaria - visto que sou a primeira suplente do Deputado Gim Argello e que este assumiria vaga no Executivo. Os Deputados poderiam ter esperado um ou dois dias mais. Assim, eu assinaria a nova proposição em conjunto com os demais Deputados. Eu não veria problema nisso.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a retirada desse projeto e a sua reapresentação com a minha assinatura. Afinal, sou a autora do projeto. Convido os demais Deputados a o assinarem comigo.

Não sei se me sinto lisonjeada pela qualidade do projeto ou perplexa em ver ato como esse ocorrer nesta Casa de leis.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Deputada Ivelise Longhi, não há óbice por parte desta Presidência - desde que haja regimentalidade na solicitação - de que isso seja feito. Solicito ao Deputado Brunelli que tome todas as providências. Terei o maior prazer de assinar o projeto de V.Exa., que sempre trabalhou muito bem em tudo aquilo que apresentou nesta Casa.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Floresta.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado João de Deus. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	15

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna para me manifestar sobre dois assuntos. Um deles diz respeito a uma visita que fizemos ao novo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, na perspectiva de discutirmos a situação dos policiais e bombeiros militares. Estiveram presentes a bancada do Partido dos Trabalhadores desta Casa, a bancada do Partido dos Trabalhadores da Câmara dos Deputados e o nosso Senador da República Cristovam Buarque.

Estivemos lá para apontar alguns assuntos. O primeiro é que, a nosso ver, não há justificativa para que o reajuste de 17% seja dado de forma parcelada para os bombeiros e policiais militares, já que ele vai ser dado de uma única vez para os policiais civis. Cremos que é preciso haver um tratamento isonômico, já que ambas são polícias preparadas e fundamentais para a proteção dos habitantes de Brasília. Se é verdade que é menor o contingente de policiais civis, o montante de recursos para pagamento dos policiais civis e militares chega a um valor próximo.

Temos certeza de que o Deputado Fábio Barcellos também apoia essa reivindicação de que o reajuste para os bombeiros e policiais militares se dê em uma única vez, e não em duas vezes.

Reivindicamos, ainda, que a lógica desse reajuste dado de uma forma diferenciada da dos policiais civis - que se dá por meio de gratificação - incida apenas sobre os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, não se estendendo para o conjunto dos ex-territórios. E que seja a mesma lógica da gratificação do ano passado, ou seja, sobre o valor nominal fixo, que representaria um percentual maior para quem ganha menos e menor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	16

para aqueles que ganham mais. cremos que é injusto que tenhamos um reajuste representando pouco mais de R\$ 200,00 (duzentos reais) para o soldado e que vá representar por volta de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o coronel, porque aumenta o fosso que existe entre os maiores e os menores salários,

Fomos também fazer outra reivindicação: que o realinhamento das funções ou dos cargos e das promoções para a carreira dos policiais e bombeiros seja dado independentemente do reajuste de 17%. É preciso que façamos um estudo aprofundado sobre esse realinhamento porque ele também segue uma lógica, implementada pelo Governo do Distrito Federal, que distancia mais ainda a remuneração dos que estão no topo com a dos que estão no piso da carreira.

Por isso, fomos ao Ministério do Planejamento, conversamos com o Ministro, com o Secretário Executivo e com o Secretário Nacional, na perspectiva de que haja uma mediação entre o Governo federal e o Governo do Distrito Federal. Há uma lógica, que nos parece ser implementada pelo Governo do Distrito Federal, de desrespeito aos soldados, cabos, sargentos e praças desta cidade, aos policiais e bombeiros militares que utilizam suas vidas como escudo e que são fundamentais para que possamos conter o nível de violência que está nos fazendo prisioneiros de nós mesmos nesta cidade.

Vários estudos apontam uma ausência de políticas públicas, nesta cidade, particularmente para a juventude, além de toda a população. Esta cidade se tornará inabitável daqui a dez anos, porque teremos de tropeçar, como estamos tropeçando, no medo, no nosso dia-a-dia. Temos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	17

medo e estamos regulando nossos horários e nossos sentimentos porque Brasília não é mais uma cidade segura, na qual se possa viver.

Portanto, essa justa proposta de reajuste para os policiais civis, policiais militares e bombeiros necessita de correção no que diz respeito ao reajuste dos policiais e bombeiros militares.

Eu me pergunto: por que o Governo do Distrito Federal elaborou e engendrou uma proposta que tanto prejudica os soldados, os cabos e os sargentos desta cidade? Eu me pergunto: por que o Governo do Distrito Federal fez uma proposta que apenas valoriza o oficialato, que tem, sim, de ser valorizado, mas não em detrimento do conjunto daqueles trabalhadores que exercem a função diária, colocando em risco a sua própria vida? São trabalhadores que tentam assegurar, no caos das políticas públicas que esse Governo mergulhou esta cidade, o mínimo de segurança para todos que aqui constróem a sua vida diária.

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, solicito que o Deputado Chico Vigilante me anteceda.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	18

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs, Deputados, estou muito satisfeito com o resultado de um trabalho conjunto da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pois a Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com o Procon, com a Vigilância Sanitária e com o Inmetro estiveram numa audiência com a Dra. Maria Dagmar e acertamos atividades conjuntas daquela Comissão, envolvendo todos os órgãos de defesa do consumidor do Distrito Federal.

Recebemos a informação de que existe a prática de mercados de cidades do Distrito Federal virem ao Plano Piloto, comprarem produtos com data de vencimento próxima e os levarem para vender nas suas cidades. Fomos conferir isso de perto.

Começamos pelo mercado Baratudo, em Santa Maria. É um mercado de grande porte e lá encontramos muitas irregularidades. O açougue mais parecia uma carniça: quando entramos, havia muito mau cheiro e muita mosca - até na carne havia varejeiras, que depositam as larvas que viram bichos. Nós entramos na câmara frigorífica do supermercado, nós a interditamos e prosseguimos a investigação no resto do supermercado. Ao chegarmos ao balcão de frutas, encontramos tudo podre: maçã, banana, laranja. Quando chegamos ao setor de pães, havia baratinhas passeando no pão.

Há um detalhe que muitas pessoas não sabem: o pão de 30g não pode ser vendido a granel, ele tem de ser vendido a peso. Nesse mercado, estava sendo vendido a granel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	19

Contamos, também, com a participação de dois auditores da Delegacia Regional do Trabalho, com um médico do trabalho e um engenheiro da segurança do trabalho.

Quero falar de uma mulher corajosa, que conheci há poucos dias, e que está realmente empenhada na defesa do consumidor: a Dra. Dagmar. Não nos restou alternativa senão lacrar o supermercado, para que ele corrija todas as irregularidades. Após a correção, será autorizado o funcionamento dele novamente.

Já acertamos com todos os órgãos de defesa do consumidor, inclusive com o Inmetro, que visitaremos, cada dia, uma cidade. Depois, visitaremos as cidades maiores, como, por exemplo, o Plano Piloto.

Há uma outra questão, Deputada Erika Kokay - V.Exa. já foi Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e fez um bom trabalho lá -, ao pesarmos vários pacotes de café da marca Café do Sítio, de 500g, por exemplo, verificamos que havia uma diferença de até 10g. Se projetarmos essa diferença de 10g para 1 kg, serão 20g em cada quilo. No final, imaginem o que isso resultará para o consumidor.

Portanto, esse será o trabalho da Comissão de Defesa do Consumidor em conjunto com todos os órgãos de defesa do consumidor do Distrito Federal.

Deputados Wilson Lima, Expedito Bandeira, Peniel Pacheco e Benício Tavares, quero dizer a V.Exas., que são integrantes da nossa Comissão, que hoje foi um grande dia para ela. Vamos continuar trabalhando. Vamos investigar as operadoras telefônicas, também, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	20

Chico Leite, para que possamos corrigir todas essas injustiças e mostrar que estamos do lado do consumidor.

Portanto, eu gostaria de parabenizar todos os organismos de defesa do consumidor: o Procon, na pessoa da Dra. Dagmar; a DRT, na pessoa do Dr. Pedro Alencar, que, de pronto, mandou os auditores para fiscalizar; e o Inmetro.

É muito importante o trabalho que estamos realizando.

Como católico praticante que sou, eu gostaria de falar da minha tristeza - creio que seja de todos nós - pela passagem da extraordinária liderança do Papa João Paulo II.

Lembro-me da primeira visita do Papa João Paulo II a Brasília, na Esplanada dos Ministérios, em 1980. Fiquei ali desde as 5h da manhã para vê-lo de perto. Fiquei muito emocionado ao ver Sua Santidade passar ali perto de nós.

Creio que foi uma perda muito grande não só para os católicos, mas para toda a humanidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Barcellos.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, na realidade, eu gostaria de tratar sobre o mesmo assunto tratado pela nobre Deputada Erika Kokay: a segurança pública, especificamente, sobre os servidores que se dedicam diuturnamente a exercê-la.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	21

Deputada Erika Kokay, este é um motivo que me causa certa preocupação, pois vejo o parcelamento da Polícia Militar. É mais do que justo esses funcionários receberem integralmente.

Não consigo entender, porque são duas matérias desconexas, apesar de fazerem parte da questão de segurança pública, o que impediu o encaminhamento da questão que trata dos salários dos policiais civis. É fácil entender uma categoria que exerce determinado papel na sociedade ter um X de salário e outra categoria, que exerce um outro papel, ter Y de salário. Por exemplo, os gastos mensais da Caixa Econômica Federal com dez gerentes ou diretores equivalem aos gastos com cinquenta, cem, duzentos escrivães.

Quanto à questão de diferenciação salarial, a Polícia Civil tem maior facilidade de discutir, de reivindicar e de cobrar do Executivo medidas que venham a lhe trazer benefícios e encontra facilidade muito maior de ação do que aqueles que hoje pertencem, lamentavelmente, a uma polícia equivocadamente ainda militar. Esses penam! O policial militar sofre no Distrito Federal, começando por ser ele militar.

Os militares são treinados para defender as nossas fronteiras e, se preciso for, entrar em guerra a fim de defender o nosso país. O policial tem como dever proteger a sociedade internamente, reprimir e prevenir o crime. São três os países do mundo, Deputada, se não me engano, que ainda utilizam essa equivocada Polícia Militar para lidar com civis, trata-se de uma questão secular.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	22

Estamos hoje em 2005 e ainda discutimos se o crime cometido por policial militar deve ser julgado pela justiça militar ou civil. É um equívoco, um erro, Deputada.

Digo isso com a intenção de colaborar. O Presidente Lula faria um grande serviço à Nação brasileira se modernizasse as estruturas policiais do País, pois continuamos no século passado, oferecendo à sociedade uma segurança pública aquém da necessidade e da vontade de cada cidadão brasileiro.

Essas iniciativas, nobre Deputada, devem partir da área federal. Não entendo por que até este momento as questões referentes ao aumento dos salários dos policiais civis e militares, cujos recursos são oriundos do Fundo Constitucional, com os impactos financeiros já demonstrados por meio de tabelas ao Governo Federal, foram encaminhadas, por intermédio da Casa Civil, ao Congresso Nacional. E algo ainda pior: solicita-se do Governo Federal que isso seja feito por meio de medida provisória. Hoje discutimos com o Executivo federal a possibilidade de a matéria ser encaminhada por meio de projeto lei, o que para aqueles que necessitam desse tão sonhado aumento representa agonia e desespero, pois sabem que ainda terão de esperar um tempo, até que o Congresso Nacional, tão preocupado com questões relativas à Nação, tenha de parar para discutir uma questão específica do Distrito Federal.

Encontra-se, na mão do Presidente da República, a oportunidade de mudar a história deste país com relação à segurança pública. Assistimos ao que está acontecendo no Rio de Janeiro, em São Paulo. Pessoas estão morrendo diariamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	23

Temos no Brasil os melhores profissionais de segurança do mundo, no entanto há uma estrutura que os mantém encarcerados. É hora de mudar, Deputada. A vanguarda significa isso. O sangue novo é a esperança de mudança, de podermos exercer uma segurança pública muito melhor para toda a nossa população.

Espero contar com o Governo Federal, com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores, para que, no menor tempo possível, esses aumentos tão merecidos...

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Deputado, estivemos com o Secretário Nacional de Planejamento na semana anterior à semana passada. Novamente na semana passada, estivemos no Ministério do Planejamento com o Ministro que ainda não havia tomado posse. Lá soubemos que realmente houve um atraso no encaminhamento da matéria para a Casa Civil. Parte desse atraso deu-se pela insuficiência dos dados a serem elaborados pelo Governo do Distrito Federal, que encaminhou não o impacto financeiro, não o custo real para que pudesse ser analisado, mas, basicamente, a solicitação e o pedido.

Isso já foi corrigido e a Secretaria de Administração, no final do mês passado, mês de março, ou em meados do mês de março, encaminhou todos os estudos solicitados. O atraso do reajuste anunciado - parece-me que em fevereiro - deu-se em função da insuficiência dos dados a serem apontados pelo Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	24

Fomos ao Secretário Nacional, Sr. Sérgio Mendonça, na perspectiva de reivindicar celeridade nisso porque, quanto à Polícia Civil, não há nenhum problema. É preciso apenas encaminhar. Não sei se será encaminhado como medida provisória. Ainda que se encaminhe como projeto de lei com o compromisso de regime de urgência, para nós, o mais importante é que esses trabalhadores tenham o reajuste que lhes é devido.

Portanto, do ponto de vista dos dados, a insuficiência do Governo do Distrito Federal para com o Ministério do Planejamento já está solucionada, trata-se apenas, a nosso ver, da Polícia Civil.

O ideal seria que fossem dois projetos diferenciados, porque não há problema no projeto da Polícia Civil. Queremos apenas que, imediatamente, a Polícia Civil, uma das mais bem preparadas, senão a mais bem preparada do Brasil, faça jus ao aumento que lhe é devido e que já lhe está assegurado.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - Agradeço a V.Exa. as palavras.

Apenas para fazer justiça, também estive com os técnicos e o Secretário do Ministério do Planejamento e ouvi deles que houve um atraso inicial, mas que o Ministério também atrasou. Até ouvi um pedido muito gentil e não necessário de desculpa por parte desses técnicos que gostariam de agilizar o processo, mas houve também um atraso por parte do Ministério.

Sem querer peitar V.Exa., pelo contrário, informo que ouvi isso da boca dos próprios técnicos do Ministério. O mais importante disso tudo é que a celeridade seja dada e que, no menor espaço de tempo possível, esses



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 95, de 24/5/2005, juntamente com a ata sucinta da 25ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, senhores e senhoras da imprensa, da galeria, assessores, venho a esta tribuna tratar fundamentalmente de três temas. O primeiro deles diz respeito à nossa luta, desde o início de 2003, pela ética na política desta Casa.

Refiro-me especificamente a dois projetos que foram noticiados pela imprensa e debatidos pela Comissão de Constituição e Justiça. O primeiro, que acabou de ser protocolado com a assinatura de praticamente todos os Parlamentares desta Casa, diz respeito à forma de distribuição dos projetos nas Comissões, ou seja, forma aleatória, sorteio, como é no Judiciário, o que prestigia o princípio do juízo natural, para que não haja mais ou menos projetos com esse ou aquele Parlamentar, e para que o juiz não possa escolher a sua causa nem a causa possa se dirigir a um juiz determinado. Esse projeto, à ocasião, nós não logramos êxito na CCJ. Agora, efetivamente, temos o apoio dos colegas da Casa.

O segundo, Sr. Presidente, é para que acabemos de uma vez por todas com o malfadado voto secreto. Quem tem direito de votar secretamente é o eleitor. O eleito, ao contrário, tem que prestar contas do trabalho que faz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	25

policiais recebam esse aumento, que é muito importante para a manutenção da tranquilidade em seus lares.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Sobre a mesa,
Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	27

Pois bem, Sr. Presidente, a respeito desses dois temas, eu me lembro de que, à época, travei um debate propositivo, ideológico, com a então Líder do Governo, a nobre Deputada Eurides Brito. E sem embargo das divergências naturais, ideológicas, políticas, no final do ano passado fui procurado pela nobre Deputada, que estava se debruçando em estudos profundos do ponto de vista jurídico, já que à ocasião não concordava com o tema porque ele, em sua opinião, feria o princípio da simetria. Pois é, Sr. Presidente, a Deputada Eurides Brito honestamente procurou este Parlamentar e disse que tinha uma conclusão no sentido de que não feria o princípio da simetria e que, proposto novamente o projeto, ela, de maneira altiva, apoiaria a posição.

Propus e, surpreendentemente, mas muito positivamente, obtive o apoio dos colegas. Isso significa que, de uma maneira geral, independentemente de partido, independentemente de visão sobre o Distrito Federal, Oposição e Situação, esta Casa tem procurado dar mais alguns passos em direção à sua independência, à sua autonomia, à sua firme posição de defesa do Distrito Federal.

Sr. Presidente, faço este apelo mais uma vez: é preciso que votemos e que instalemos a Comissão da Juventude. Hoje nós sabemos que mais de 60% dos 20% economicamente ativos que estão desempregados no Distrito Federal são jovens. Aqueles que mais sofrem com a violência no Distrito Federal são os jovens, os nossos meninos e meninas que estão morrendo. Nós precisamos tomar uma posição sobre isso e a forma de posição é o exercício legislativo, com a instalação efetiva da Comissão da Juventude.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	28

Neste mesmo tempo, Sr. Presidente, preciso dizer que a defesa do consumidor tem sido uma das prioridades do nosso mandato. E, nesse sentido, quero me juntar às palavras do Deputado Chico Vigilante para afirmar, para assegurar que nós temos lutado intensamente contra os abusos das operadoras de telefonia. Têm sido elas as campeãs de reclamação em todos os Procons do Brasil, têm sido elas as que mais tiveram percentual de reclamação, cerca de 70%, depois da malfadada privatização.

Pois bem, Sr. Presidente, está para ser julgada a Adin em relação a duas leis nossas, em que fomos pioneiros, e hoje estamos sendo copiados por todas as Assembleias Legislativas do País. Refiro-me à lei da obrigatoriedade do detalhamento das contas de telefonia fixa e a lei do fim da tarifa mínima ou tarifa básica.

Nos debates com constitucionalistas, temos notado que há uma grande possibilidade de vitória e que isso vai significar que esta Casa mostra à população do Distrito Federal a que veio. Sou daqueles que não acredita na propaganda, na conversinha, naquilo que não tem fundamento. Acredito no trabalho, na adoção de posições como demonstração de que esta Casa presta serviço ao Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou aprofundar um pouco mais o debate



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	29

com relação ao reajuste da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, juntamente com o da Polícia Civil.

De fato, na semana passada, uma comissão de Deputados Federais e Distritais se reuniu no Ministério do Planejamento para tratar do assunto. Contamos com a presença do Senador Cristovam Buarque e, desta Casa, do Deputado João de Deus.

Debatemos o assunto - que imputamos da maior importância - com o referido Ministério. De qualquer maneira, a Polícia Militar do Distrito Federal vem sendo maltratada pelo Governo do Distrito Federal.

Sem nenhuma explicação, o Sr. Governador Joaquim Roriz envia um pedido para o Governo Federal de parcelamento de um reajuste a ser concedido para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, discriminando os servidores em relação aos policiais civis, que merecidamente recebem a proposta de um reajuste integral, pago de uma única vez, retroativo ao mês de fevereiro.

Não podemos, Deputado Fábio Barcellos, negar que a proposta para a Polícia Militar, oferecida pelo Governador Joaquim Roriz, além de discriminatória, avança na intenção de criar, no meio da corporação, seis mil promoções que ficariam ao bel prazer dos interesses do comando da Polícia Militar, em detrimento do conjunto da Corporação, que almeja um plano de carreira, uma promessa de campanha até hoje não cumprida pelo Sr. Governador.

Deputado Peniel Pacheco, esta Casa Legislativa, em vez de apressar o reajuste **acertado**, que será retroativo a 1º de fevereiro, deveria solicitar a realização de uma audiência pública. Seria interessante o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	30

comparecimento de representantes do Ministério do Planejamento, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil para debatermos o assunto. É claro, devemos convocar o personagem principal: o Governo do Distrito Federal, que, neste momento, discrimina essa Corporação,

Por esse motivo, quero defender - como fizeram a bancada do PT e os Deputados que compareceram ao Ministério do Planejamento - que o reajuste de 17% tem que ser concedido de uma única vez para os servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Em vez de uma gratificação e de seis mil promoções dadas, como eu disse, ao bel prazer dos interesses do comando da Polícia Militar, devemos criar aqui um plano de carreira decente para essa categoria, assim como o plano que têm os policiais civis.

Sabemos, Deputado Fábio Barcellos, que, em vez da possibilidade de organização em sindicato por parte da Polícia Militar, ela de fato é repreendida. Vários companheiros que se organizaram em defesa das reivindicações da Polícia Militar foram expulsos da Corporação. É isso o que o Governador Joaquim Roriz reserva aos policiais militares e aos membros do Corpo de Bombeiros que querem se mobilizar em prol dos ajustes e das reivindicações necessárias.

Portanto, sou a favor de que esta Casa seja a voz dos servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Deputado Chico Floresta, solicito a V.Exa. mais um minuto, porque quero abordar um tema da maior importância, defendido pelo movimento estudantil e pelo conjunto dos Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	31

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL. Sem revisão do orador.)

- Deputado Paulo Tadeu, concordo com V.Exa. plenamente em tudo o que foi dito. Porém, mais do que convocarmos a presença do representante do Ministério do Planejamento, penso que esta seria a hora de contarmos com a presença nesta Casa - se possível fosse - do Ministério da Justiça, para discutirmos o maior ponto de dificuldade em tudo isso, que é a militarização, Deputado Paulo Tadeu. Se, hoje, a estrutura da Polícia Militar passa por tanta dificuldade, é porque eles têm a boca calada, Deputado Paulo Tadeu, por ser imposto a eles o silêncio, caso contrário serão punidos, expulsos.

Deputado Paulo Tadeu, já fui à Polícia Militar para depor em prol de soldados que, lá, dentro da sua estrutura, foram reprimidos porque passaram pelo movimento para tentar garantir às suas famílias um melhor pão, um melhor leite. Digo a V.Exa. que isso tudo hoje se prende porque ainda trabalhamos no século passado em relação a uma estrutura de polícia militarizada, uma polícia militar, e não uma estrutura civil para cuidar da população da forma que a população merece ser cuidada.

Era isso, Deputado Paulo Tadeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Lembro aos Srs. Parlamentares que, conforme o Regimento Interno, não há o instituto do aparte nos Comunicados de Parlamentares. A partir de agora, a Mesa - mesmo com a deferência do Parlamentar que faz uso da palavra - não mais autorizará o aparte, porque o assunto já foi discutido com o Colégio de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	32

Líderes, e chegamos à conclusão de que a sessão, com o instituto do aparte, não flui como deveria.

Vou dar um minuto para que o Deputado Paulo Tadeu possa concluir o pronunciamento.

DEPUTADO PAULO TADEU - Agradeço a V.Exa., Deputado Chico Floresta. Também sou favorável à desmilitarização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, porém essa é uma discussão de âmbito nacional, da qual também temos de participar, mas se trata de uma discussão a médio e a longo prazo. A discussão a curto prazo, neste momento, é a que se refere ao aumento da Polícia Militar e também do Corpo de Bombeiros.

Quero levantar aqui a discussão do passe livre. O Deputado Chico Floresta também está trabalhando nessa discussão. Sabemos que, em todo o Brasil, vários **estudantes**, organizados em grêmios estudantis, tiveram a oportunidade de avançar em torno dessa questão.

Sabemos que, em Florianópolis e em outras cidades do nosso país, essa é uma conquista do movimento estudantil. Sabemos que muitos estudantes, neste momento, estão assistindo a esta sessão. Sabemos que esta defesa deve ser feita por todos nós. Em Brasília, quem paga dois terços das passagens de ônibus é o usuário do transporte, e um terço quem paga é o próprio estudante, por meio do chamado passe estudantil. Muitas vezes, as empresas de ônibus fazem o **possível** para não conceder o passe ao estudante. Aliás, aprontam o caos com esse benefício do estudante.

Então, o que tiramos disso? Ora, se a sociedade paga dois terços, Srs. Deputados, e os estudantes pagam um terço, nem o empresário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	33

nem o Governo do Distrito Federal assume qualquer responsabilidade sobre o benefício do passe livre para os estudantes.

Então, o que estamos propondo? O que o movimento estudantil de Brasília propõe? Que um terço **seja**, neste momento, arcado pelo Governo do Distrito Federal. Esse é um valor, Deputado Chico Leite, bem inferior ao que o Governo gasta anualmente com publicidade. O Governo do Distrito Federal gasta aproximadamente R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) por ano com publicidade. Com a metade disso, o Governo garantiria esse benefício para os estudantes de Brasília.

Peço aos demais Deputados desta Casa, Deputado Peniel Pacheco, Deputada Eurides Brito, apoio em defesa do passe livre para os estudantes do Distrito Federal.

Neste momento, chamo a atenção do Deputado Chico Leite, que vai assumir a Comissão da Juventude. Espero que esta Casa hoje aprove esta comissão. Deputado Chico Leite, espero que V.Exa., que é uma pessoa sensível, juntamente com a Deputada Erika Kokay, possa se somar, neste momento, à luta pelo passe livre no Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realizaremos **amanhã**, às 9h da manhã, a primeira reunião da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	34

Comissão de Assuntos Sociais neste semestre, depois do debate sobre quem assumirá a Presidência, no entendimento dos partidos e blocos. Amanhã, realizaremos então essa primeira reunião.

Um dos temas em debate, Sr. Presidente, será exatamente o que foi mencionado pelo Deputado Paulo Tadeu, um projeto de autoria de S.Exa., de V.Exa., do Deputado Izalci Lucas, de nossa autoria, acerca do passe livre. Lá, amanhã, discutiremos um requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores para que façamos uma audiência pública para debater o tema com todas as entidades envolvidas - patronais, estudantis, Governo etc. Temos de ter o entendimento de que a questão da passagem livre não é de transporte, mas de educação, de acessibilidade.

Era o que eu queria deixar registrado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas dizer que temos de ter um posicionamento claro nesta Casa. Os Deputados têm que se posicionar se são favoráveis ao parcelamento do reajuste dos policiais e bombeiros militares ou não. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores somos contrários ao parcelamento. O montante de recursos que paga o quadro da Polícia Civil é semelhante ao montante de recursos que paga os bombeiros e policiais militares. E ainda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	35

que seja um contingente maior o dos policiais e bombeiros militares, os policiais civis ganham muito mais.

Então, somos contrários a isso e estamos protocolando uma solicitação de moção para que esta Casa se posicione.

O GDF atrasou a remessa dos estudos para o Ministério do Planejamento e, mais do que isso, está discriminando e desrespeitando os policiais e bombeiros militares.

Então, estamos apresentando esta moção no dia de hoje e queremos que os Parlamentares se posicionem claramente para que possamos fazer a discussão olho no olho dos policiais e bombeiros militares e do conjunto dos agentes de segurança pública desta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra à Deputada Aríete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inscrevo-me para comunicar a todos os presentes que no dia 9 deste mês será lançada pelo Ministério das Cidades a campanha nacional pelos planos diretores participativos. Aproveito a oportunidade para fazer referência ao profundo atraso em que o Distrito Federal se encontra no que diz respeito à aprovação dos planos diretores das cidades de nossa capital. Lembro que, no período de 1995 a 1998, sete planos diretores foram elaborados, dos quais, cinco já foram aprovados por esta Casa e dois foram encaminhados e retirados pelo atual Governo. Agora, temos novamente a possibilidade de discutir, segundo informações, dois planos diretores: o do Gama e o de Planaltina.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	36

Quero lembrar que esse é um instrumento essencial para que possamos **organizar** a vida das cidades, para que possamos disciplinar o uso do solo e para que possamos planejar o desenvolvimento econômico das nossas cidades.

Portanto, o apelo que fazemos é para que possamos dar início, aqui na Câmara Legislativa, ao debate sobre os planos diretores locais, logo que a nossa Comissão de Assuntos Fundiários iniciar o processo de suas reuniões ordinárias.

Quero também lembrar que, na tarde de hoje, está sendo realizada a audiência pública com base no projeto do Parque Nacional. Essa audiência pública foi convocada pelo **Ibama** e deverá ultimar o projeto que será encaminhado ao Congresso Nacional para definir a nova poligonal do Parque Nacional.

Por último, Sr. Presidente, quero fazer referência a uma matéria divulgada ontem pela imprensa, particularmente pela *TV Globo*, de que a CPI da Saúde estava paralisada por falta de documentos. Quero dizer que essa não é uma informação verídica. A CPI já começou os seus trabalhos, já tomou um conjunto de iniciativas com o intuito de convocar pessoas para contribuir com o desenvolvimento da CPI e já marcou a sua 2ª Reunião Ordinária para a próxima quinta-feira, às 9h.

Já estamos recebendo, por parte dos órgãos solicitados, as pessoas que serão incumbidas, juntamente com os cinco Parlamentares, de iniciar o processo de investigação no que diz respeito ao objeto de que trata o requerimento da CPI da Saúde. Portanto, essa é uma informação inverídica. Contestamos essa informação dizendo que a CPI está se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	37

estruturando e se organizando para poder trabalhar a pleno vapor e para poder, o mais breve possível, concluir a investigação que nos propusemos a fazer.

Sr. Presidente, para terminar, quero entrar neste debate que aqui esta sendo feito e explicar que, quer seja por medida provisória, quer seja por projeto de lei, o aumento dos policiais civis, assim como o dos bombeiros e da Polícia Militar, será retroativo a 1º de fevereiro. Essa foi uma das garantias asseguradas a todos nós, Parlamentares da bancada do PT, na audiência que tivemos com o Sr. Ministro do Planejamento. Quero também endossar as palavras de alguns Parlamentares que aqui se referiram, dizendo que a nossa bancada se posicionou claramente pelo aumento tanto da Polícia Civil quanto dos bombeiros e policiais militares. Inclusive, dissemos ao Sr. Ministro da nossa vontade de que, da mesma forma como foi feito com os policiais civis, fosse concedido o aumento de uma só vez a todos os policiais militares. E que, em vez do realinhamento proposto no projeto encaminhado pelo Sr, Governador do Distrito Federal, concedêssemos o aumento neste momento e, ao mesmo tempo, debatêssemos com o Governo a construção de um plano de cargos, carreira e salários para os policiais militares e para o Corpo de Bombeiros. Essa seria a reivindicação correta que atenderia ao conjunto da categoria, e não apenas ao oficialato.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	38

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar uma das considerações da Deputada Arlete Sampaio para dizer que, tendo sido designada pelo meu partido, o **PMDB**, para presidir a Comissão de Assuntos Fundiários, já está sendo feita uma pauta de trabalhos **que**, com a colaboração dos Parlamentares que compõem a Comissão, deverá ter início em breve.

Neste ano, queremos agilizar a análise dos planos diretores. Essa inquietação manifestada pela Deputada Arlete Sampaio também é nossa **e**, sem dúvida **alguma**, será o assunto nobre da pauta da Comissão de Assuntos Fundiários durante este ano. Pretendemos começar com uma apresentação da Secretária de Desenvolvimento Urbano, a Dra. Diana, em uma audiência pública, quando todos poderemos tirar as nossas dúvidas. Será, sem dúvida alguma, uma das Comissões com melhor estrutura de trabalho, porque nela estará com assento permanente um dos membros desta Casa que tem um profundo conhecimento da matéria, a Deputada Ivelise Longhi. Então, **faremos**, sem dúvida, este trabalho em breve.

Tivemos na tarde de hoje, na nossa galeria, a presença de muitos contadores. Já fomos devidamente informados pelo Deputado Izalci Lucas do problema e da reivindicação da categoria. Com toda certeza, estamos prontos a ajudar esse grupo, que é essencial na vida de uma sociedade para a preservação de valores morais e éticos, já que, por trás de contabilidades falsificadas, de arremedos que, muitas vezes, provocam a **existência** do chamado caixa dois aqui e ali, por trás disso certamente não se encontra a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	39

figura de um contador competente, um contador ciente do seu papel em prol da moralização da sociedade.

Por último, Sr. Presidente, há uma notícia que quero deixar registrada nos Anais da Casa. Compareci ao Posto Policial do Lago Sul, na sexta-feira, para registrar dois boletins de ocorrência. Solicito que esses boletins sejam transcritos nos Anais da Casa.

O primeiro refere-se a pessoas que têm sido vistas com frequência fotografando a casa que eu e meu marido estamos construindo para nossa filha. No dia em que registrei o boletim, sexta-feira, as pessoas tinham sido vistas por duas vezes, e hoje isso aconteceu pela terceira vez. Um casal salta de um carro e fotografa, de forma estranha, clandestina e sorrateira, a casa que meu marido e eu estamos construindo para nossa filha.

Como na nossa vida tudo é transparente, pedimos à polícia que tomasse providências para saber quem são esses interessados em fotografar algo que é normal e que consta tanto do nosso imposto de renda quanto do alvará da Prefeitura do Lago Sul.

Eu já disse aqui desta tribuna que abomino a sordidez do anonimato e não posso deixar de tomar providências quando, por trás dessa sordidez de anonimato, surge algo que pode prejudicar a minha imagem. Então, registrei um boletim de ocorrência, também na sexta-feira, dizendo que recebi um informe anônimo, por meio do qual eu soube que pessoas estão visitando famílias que perderam programas sociais do governo, dizendo que essas famílias foram expurgadas por terem se negado a votar em mim. Essas pessoas estavam, ainda, fazendo promessas a tais famílias,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	40

dizendo que, desde que elas se prontificassem a exercer algumas ações contra minha pessoa, seriam reinseridas nesses programas. Por via das dúvidas e *ad cautelam*, registrei a ocorrência.

Solicito, portanto, que essas duas ocorrências sejam registradas nos Anais desta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A DEPUTADA EURIDES BRITO EM SEU DISCURSO:



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
Décima Delegacia de Polícia

Página: 1/2
OCORRÊNCIA nº
1558/2005-0

IDENTIFICAÇÃO

Tipo: **CRIMINAL** DP Circunscrição: **Décima Delegacia de Polícia**

DADOS BÁSICOS

Natureza da Ocorrência: EM APURAÇÃO
Data de Comunicação: 01/04/2005 às 20:05 Origem Comunicação: PÚBLICO
Data do Fato: Entre 01/03/2005 às 08:00:00 e 01/04/2005 às 08:00:00
Dia da Semana: Entre Terça-Feira e Sexta-Feira
Endereço do Fato: SMDB, CJ. 25, LOTE 02, UNIDADE D. - SUL
Cidade/UF: LAGO SUL/DISTRITO FEDERAL
Praticado por Menor? Ignorado Gravidade das Lesões: **Leve**
Local Periculado? Não Pessoa Localizada? Não

CONDIÇÕES LOCAIS - CRIMINAL

Tipo Local: **OUTROS**
Objeto/Meio Envolvido: **IGNORADO**

PESSOAS ENVOLVIDAS

>>> EURIDES BRITO DA SILVA

Tipo de Envolvimento: **COMUNICANTE, VITIMA**
Naturalidade/UF: **CAPANEMA/PA**
Nacionalidade: **BRASILEIRA**
Idade: **68**
Identidade: **353741**
Grau de Instrução: **SUPERIOR**
Nome do Pai: **ALVINO ALVES DE BRITO**
Nome da Mãe: **MARIA PINTO DE BRITO**
Endereço Residencial: **SHIS QL 13, CJ. 05, CASA 06**
Complemento Endereço: **LAGO SUL**

Profissão: **Deputado**
Cargo/Função: **DEPUTADA DISTRITAL**
Endereço Comercial: **CÂMARA LEGISLATIVA**
Vitima Fatal? **Ignorado**
CPF: **0**

>>> JOÃO NIGILDO DA SILVA

Tipo de Envolvimento: **TESTEMUNHA**
Naturalidade/UF: **FLORIANIA/RN**
Nacionalidade: **BRASILEIRA**
Idade: **47**
Identidade: **2022472**
Grau de Instrução: **NÃO INFORMADO**
Nome do Pai: **JORGE NIGILDO FILHO**
Nome da Mãe: **MARIA LUIZA DA SILVA**
Endereço Residencial: **QD. 24, CONJ. K, CASA 33**
Complemento Endereço: **PARANOÁ**

Vitima Fatal? **Ignorado**
CPF: **0**

>>> DESCONHECIDO



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
Décima Delegacia de Polícia

Página: 2/2
OCORRÊNCIA nº
1558/2005-0

Tipo de Envolvimento: **AUTORIA DESCONHECIDA**
Nacionalidade: **BRASILEIRA**
Idade: **Ignorado**
Grau de Instrução: **NÃO INFORMADO** Sexo: **Ignorado**
Estado Civil: **NÃO INFORMADO**

Vitima Fatal? **Ignorado**
0

HISTÓRICO

A COMUNICANTE INFORMOU-NOS QUE ESTÁ CONSTRUINDO UMA CASA NO SETOR DE MANSÕES
JOM BOSCO, SENDO INFORMADA PELA TESTEMUNHA QUE, NO SÁBADO PASSADO, UM CASAL,
UTILIZANDO UM VEÍCULO GOL, DE COR AZUL, TIROU ALGUMAS FOTOS DA RESIDÊNCIA. NA ÚLTIMA
SEGUNDA-FEIRA, UM HOMEM QUE SE ENCONTRAVA NO QUE PARECIA SER UM VEÍCULO RENAULT
PRATA, TAMBÉM TIROU FOTOS DA RESIDÊNCIA.

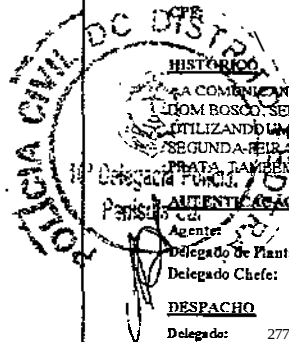
AUTENTICAÇÃO

Agente: **278769 - LUIZ MAURICIO DE A MAFFIA**
Delegado de Plantão: **579912 - ANA PAULA GONTIJO SOARES**
Delegado Chefe: **277274 - ANTÔNIO JOSE ROMERO**

DESPACHO

Delegado: **277274 - ANTÔNIO JOSE ROMERO**
Despacho: **A SVO P/ APURAR.**

*** NÃO HOMOLOGADA ***





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
Décima Delegacia de Polícia

Página 1/2
OCORRÊNCIA nº
1561/2005-0

IDENTIFICAÇÃO

Tipo: CRIMINAL PP Circumscricional:
Segunda Delegacia de Polícia

DADOS BÁSICOS

Natureza da Ocorrência: DIFAMAÇÃO
Data da Comunicação: 01/04/2005 às 20:05 Origem Comunicação: PÚBLICO
Data do Fato: Entre 30/03/2005 às 10:00:00 e 30/03/2005 às 12:00:00
Dia da Semana: Quarta-Feira
Endereço do Fato: CÂMARA LEGISLATIVA DE BRASÍLIA - ASANORTH
Cidade/UF: BRASÍLIA/DISTRITO FEDERAL
Praticado por Menor? Ignorado Gravidade do Lesões: Médio
Local Periclitado? Não Pessoas Localizadas? Não

CONDIÇÕES LOCAIS - CRIMINAL

Tipo Local: Descrição Local: ÓRGÃO PÚBLICO
Objeto/Meio Envolvido: IGNORADO

PESSOAS ENVOLVIDAS

>>> **EURIDES BRITO DA SILVA**

Tipo de Envolvimento: COMUNICANTE, VÍTIMA
Naturalidade/UF: CAPANEMA/PA
Nacionalidade: BRASILEIRA Data de Nascimento: 28/02/1937
Idade: 65 Sexo: Feminino
Identidade: 358741 Órgão Expedidor/UF: SSP/DF
Grau de Instrução: SUPERIOR Estado Civil: NÃO INFORMADO
Nome do Pai: ALVINO ALVES DE BRITO
Nome da Mãe: MARIA PINTO DE BRITO
Endereço Residencial: SHIS QL 13, CONJ. 05, CASA 06
Complemento Endereço: LAGO SUL
Profissão: Deputado
Cargo/Função: DEPUTADA DISTRITAL
Endereço Comercial: CÂMARA LEGISLATIVA DE BRASÍLIA
Vítima Fatal? Ignorado
CPF: 0

>>> **ASSOCIAÇÃO PELA MORAL E ÉTICA NA POLÍTICA-APMEP**

Tipo de Envolvimento: ENVOLVIDO.

HISTÓRICO

A COMUNICANTE INFORMOU QUE RECEBEU EM SEU GABINETE UM DOCUMENTO DA ASSOCIAÇÃO PELA MORAL E ÉTICA NA POLÍTICA-APMEP CONTENDO DIVERSAS DENÚNCIAS ENVOLVENDO POLÍTICOS DO PRONA, SENDO QUE NO ÍTEM 04 - A FARSADO RENDAMINHA", A COMUNICANTE É CITADA COMO RESPONSÁVEL PELANO CONCESSÃO DO PROGRAMA RENDA MINHA PARA AS PESSOAS QUE NÃO LHE AJUDARAM NA CAMPANHA POLÍTICA.

AUTENTICAÇÃO

Agente: 278769 - LUIZ MAURÍCIO DE A MAFFIA
Delegado de Plantão: 579912 - ANA PAULA GONTIJO SOARES



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
Décima Delegacia de Polícia

Página 2/2
OCORRÊNCIA nº
1561/2005-0

Delegado Chefe: 277274 - ANTÔNIO JOSE ROMEIRO

DESPACHO

Delegado: 277274 - ANTÔNIO JOSE ROMEIRO
Despacho: ENCAMINHE-SE A 2ª DP.

*** NÃO HOMOLOGADA **

40.2



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra à Deputada Maria da Guia,

DEPUTADA MARIA DA GUIA (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assessores e demais presentes, venho a esta tribuna fazer um comunicado sobre a minha filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira, assumindo, também, a Liderança do partido.

Aproveito a oportunidade para somar-me à Presidência desta Casa e ao pronunciamento do Deputado Wilson Lima quanto às homenagens ao santo Papa João Paulo II. Perdemos um homem de entendimento universal - o operário, o atleta, o religioso, o intelectual. João Paulo II foi além das fronteiras do Catolicismo. Levantou muitos valores esquecidos de todos os povos e os acordou.

Fica para nós a referência incontestável de um homem do bem e da paz, que nos deixa um legado de sabedoria, de dignidade e de perseverança na oração.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Esta Presidência suspenderá a sessão por alguns minutos. Convoco as Lideranças para discutirmos os itens que constarão da pauta de hoje.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 16h45min, a sessão é reaberta às 16h58min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	42

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa,

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Apreciação do veto total, pelo processo de escrutínio secreto - arts. 191 e 195 do Regimento interno e 21, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 13, de 1996 - do Projeto de Lei nº 3.062, de 2002, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com **desfibriladores** cardíacos **semi-automáticos** externos os locais que menciona e dá outras providências".

Relator: Deputado Chico Vigilante - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Expedito Bandeira para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO EXPEDITO BANDEIRA (PMDB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**RELATÓRIO N" /2005**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 3.062 de 2002, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos semi-automáticos externos, os locais que menciona e dá outras providências".

AUTOR: Deputado Chico Floresta**RELATOR: Deputado ~~Chico Vigilante~~***ESPEDITO BONDARA*

Pela Mensagem nº 63/2005-GAG, datada de 20 de janeiro de 2005, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto total ao Projeto em epígrafe, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

De autoria do Deputado Chico Floresta, o Projeto de Lei nº 3.062/2002 dispõe que os *shoppings centers*, hotéis, lojas de departamento, aeroporto, estações rodoviárias, metrô, estádios de futebol, ginásios de esportes, academias de ginástica, hipermercados, faculdades, universidades, centros educacionais e teatros instalados no Distrito Federal ficam obrigados a manter desfibriladores cardíacos semi-automáticos externos em suas dependências; define o que é o aparelho; determina que os estabelecimentos oferecerão curso de capacitação mínima a dois de seus profissionais; estabelece penalidades; determina os órgãos responsáveis pela fiscalização e cumprimento da lei e dá outras providências. A esse PL foi apensado o de nº 1.092/2004, do Dep. Brunelli, providência que deu origem ao Substitutivo final encaminhado ao Executivo.

O Substitutivo, aprovado mediante parecer oral em Plenário, foi aprovado em dois turnos na Sessão Extraordinária de 9 de dezembro de 2004.



Argumenta o Exmo. Sr. Governador que, embora louvável a intenção do legislador, a proposta não merece prosperar, pois trata-se de matéria da iniciativa do Governador, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Que “dispor sobre a organização e o funcionamento da administração distrital” é competência privativa do Governador, de acordo com o que preceitua o art. 100, X, da LODE, e, finalmente, que o projeto confronta o princípio da independência entre os Poderes.

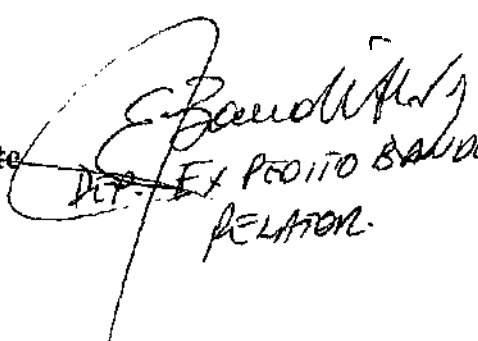
Ante as razões acima, esclarece que vetou o Projeto de Lei nº 3.180/2002, com fundamento nos arts. 53, 71, § 1º, IV, e 100, IV, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, pugnando pela manutenção do veto.

Eis as considerações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado Brunelli
Presidente


Deputado Chico Vigilante
Relator


EX. PEDITO BAUDEIRO
RELATOR.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Em discussão o relatório,

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em função de acordo do Colégio de Líderes, votaremos contra a manutenção do veto.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, conforme entendimento do Colégio de Líderes, concordamos com a não-manutenção do veto do Sr. Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	44

O veto **exige**, para a sua rejeição, o voto **contrário** da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Convido o Deputado Chico Floresta a servir como escrutinador. (Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Foram encontrados 16 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S) ARTS. Nº: _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 3062/02

Autor: Deputado(a): Chico Floresta

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Expedito Bandeira

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PRESENTE	AUSENTE
	AGUINALDO DE JESUS - PMDB	X	
	ANILCEIA MACHADO - PMDB	X	
	ARLETE SAMPAIO - PT	-	X
	AUGUSTO CARVALHO - PPS	X	
	BENICIO TAVARES - PMDB	-	X
	BRUNELLI - PP	-	X
S	CHICO FLORESTA - PT	X	
	CHICO LEITE - PT	X	
	CHICO VIGILANTE - PT	-	X
	ELIANA PEDROSA - PFL	X	
	ERICA KOKAY - PT	X	
	EURIDES BRITO - PMDB	X	
	EXPEDITO BANDEIRA - PMDB	X	
	IVELISE LONGHI - PMDB	X	
	JOAO DE DEUS - PMDB	X	
	JORGE CAUHY - PMDB	-	X
	JOSE EDMAR - PRONA	-	X
	LEONARDO PRUDENTE - PFL	-	X
	MARIA DA GUIA	X	
	ODILON AIRES - PMDB	X	
	PAULO TADEU - PT	X	
	PENIEL PACHECO - PDT	X	
P	WILSON LIMA - PRONA	X	
	FABIO BARCELLOS - PFL	-	X
	TOTAL	16	m

*P/S: PRESIDENTE/SECRETARIO

ASSP	SECRETARIO DEP. <u>Chico Floresta</u>	ASSP Nº <u>1</u>
VOTOS "SIM" <u>-</u>		VETO MANTIDO
VOTOS "NAO" <u>16</u>		VETO REJEITADO <u>X</u>
ABSTENÇÃO <u>-</u>		
AUSÊNCIAS <u>01</u>		

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários.

Total de votantes: 16.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Floresta.)

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho muito apreço pelo Deputado Wilson Lima, que é muito meu amigo. Não há problema algum em V.Exa. me confundir com S.Exa. Quando estou ao lado do Deputado Wilson Lima, assim como quando estou ao lado de V.Exa., sinto-me um atleta.

Sr. Presidente, solicito inversão de pauta, pois já há um acordo. Trata-se do item nº 10, Sr. Presidente, cujo projeto é de autoria do Deputado Vigão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 10:

Apreciação do veto total, pelo processo de escrutínio secreto - arts. 191 e 195 do Regimento Interno e 21, §1º, inciso I, da Lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	46

Complementar nº 13/1996 - do Projeto de Lei nº 1.368, de 2004, de autoria do Deputado Vígão, que "dispõe sobre o procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher atendida em serviços de urgência e emergência, públicos e privados, bem como na rede básica de atendimento, no Distrito Federal".

Relator: Deputado Chico Leite - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Expedito Bandeira para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria,

DEPUTADO EXPEDITO BANDEIRA (PMDB, Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº DE 2005

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL apostado ao Projeto de Lei nº 1368/2004, que **"Dispõe sobre o procedimento de notificação compulsória da violência contra a mulher, atendida em serviços de urgência e emergência, públicos e privadas, bem como na rede básica de atendimento, no Distrito Federal"**.

RELATOR: Deputado **CHICO LEITE - PT**
EXPEDITO BANDEIRA

Por meio da Mensagem nº 003/2005-GAG, de 05 de janeiro de 2005, o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal dirige-se à Presidência desta Casa, para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, após **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 1368/2004, de autoria do nobre Deputado Vigberto Tartuce.

Apreciado pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, recebeu o Projeto parecer favorável da relatora, Deputada Anilcéia Machado, tendo sido aprovado na reunião extraordinária de 17/11/04, contabilizados quinze votos favoráveis.

Posteriormente, foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável do relator, Deputado Wilson Lima, onde foi aprovado na reunião dia 17/11/2004, por dezesseis votos favoráveis.

Em Plenário, no dia 17/11/2004, procedeu-se à votação em sessão extraordinária e aprovação do Projeto em 1º turno e, no dia 18/11/2004, ocorreu a votação e aprovação em 2º turno, também em sessão extraordinária.

Após apreciação da redação final, foi o Projeto enviado à sanção, por meio da Mensagem nºs. 444/2004-GP, de 15/12/2004, quando, então, o Sr. Governador do Distrito Federal, após **VETO TOTAL** ao Projeto já mencionado.

Na exposição de motivos, o Sr. Governador sustenta que *"embora louvável a intenção do legislador, a proposição em questão, no que respeita aos seus aspectos jurídicos, não merece prosperar, porquanto esbarra em impedimentos constitucionais insuperáveis"*.

Infere-se, ainda, da Mensagem do Governador, que Sua Excelência v comunica aos nobres pares que *"nos termos do art. 71, § 1º, inciso IV, da LODF, é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo a iniciativa das disponham sobre criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção,*

46-2

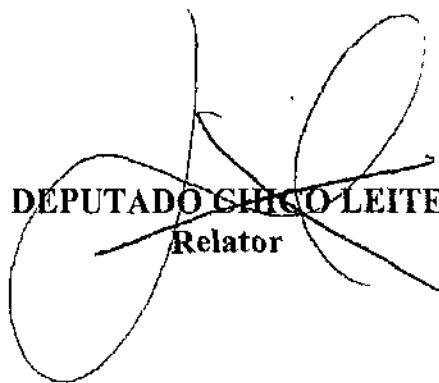
incorporação, fusão e atribuições das Secretarias de Governo, Órgãos e entidades da administração pública.

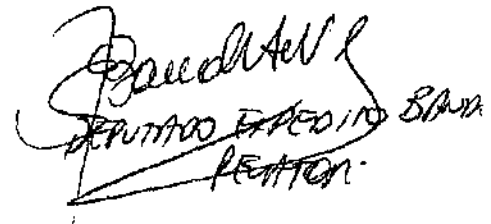
Aduz, ainda, que "por dispor sobre assuntos inerentes à competência material do Executivo, como o é, sem sombra de dúvida, matéria atinente à organização e funcionamento da administração distrital, confronta o disposto no art. 53, também da Lei Orgânica do Distrito Federal, que reza serem independentes e harmônicos entre si os Poderes Executivo e Legislativo".

Em conclusão, o Senhor Governador comunicou que vetou o Projeto de Lei fulcrado nos artigos 53 e 71, § 1º, IV, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal e pugnou pela manutenção do veto.

São essas as informações que entendemos necessárias à apreciação do veto total aposto **Projeto de Lei n.º 1368/2004**.

Sala das Comissões, em


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator


DEPUTADO EXPEDITO BARA
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	47

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V. Exa,

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há entendimento dos Líderes e dos demais Parlamentares pela não-manutenção do veto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr, Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V. Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com discussão realizada no Colégio de Líderes, o Partido dos Trabalhadores vota pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto **exige**, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	48

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Convido o Deputado Wilson Lima a servir como escrutinador. (Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Foram encontrados 17 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) ARTS. Nº: _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1368/04

Autor: Deputado(a): Wagner Tencze

DExecutivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PRESENTE	AUSENTE
	AGUINALDO DE JESUS - PMDB	X	
	ANILCEIA MACHADO - PMDB	X	
	ARLETE SAMPAIO - PT		X
	AUGUSTO CARVALHO - PPS	X	
	BENICIO TAVARES - PMDB		X
	BRUNELLI - PP		X
P	CHICO FLORESTA - PT	X	
	CHICO LEITE - PT	X	
	CHICO VIGILANTE - PT		X
	ELIANA PEDROSA - PFL	X	
	ERICA KOKAY - PT	X	
	EURIDES BRITO - PMDB	X	
	EXPEDITO BANDEIRA - PMDB	X	
	IVELISE LONGHI - PMDB	X	
	JOAO DE DEUS - PMDB	X	
	JORGE CAUHY - PMDB		A
	JOSE EDMAR - PRONA	X	
	LEONARDO PRUDENTE - PFL		A
	MARIA DA GUIA	X	
	ODILON AIRES - PMDB	X	
	PAULO TADEU - PT	X	
	PENIEL PACHECO - PDT	X	
S	WILSON LIMA - PRONA	X	
	FABIO BARCELLOS - PFL		X
	TOTAL	17	07

*P/S- PRESIDENTE/SECRETARIO

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP Nº _____ Fls.º _____
------	-----------------	---------------------------------

VOTOS "SIM"	1	VETO MANTIDO
VOTOS "NAO"	16	VETO REJEITADO
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	7	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários, 1 voto favorável.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 20:

Apreciação do veto total, pelo processo de escrutínio secreto - arts. 191 e 195 do Regimento Interno e 21, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 13/1996 - do Projeto de Lei nº 1.567, de 2004, de autoria do Deputado Expedito Bandeira, que "dispõe sobre a criação, na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia de Polícia da Candangolândia, Região Administrativa XIX, e dá outras providências".

Relator: Deputado Brunelli - CCJ.

Concedo a palavra à Deputada Anilcéia Machado para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA ANtLCÉIA MACHADO (PMDB. Para emitir relatório.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

49.1

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.567, de 2004, que dispõe sobre a criação, na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia de Polícia da Candangolândia, Região Administrativa XIX, e dá outras providências.

Relator: Deputado ~~Brunelli~~
AVILUEIA MURILHO

Com a Mensagem nº 007/2005, o Senhor Governador comunicou a esta Câmara Legislativa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 1.567, de 2004, de autoria do insigne Deputado Expedito Bandeira.

O projeto autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia de Polícia da Candangolândia, estabelece as competências do órgão e remete as despesas decorrentes da edição da lei proposta ao orçamento distrital. Demais, fixa prazo de sessenta dias para edição do regulamento da matéria, no qual deverá o Chefe do Executivo dispor sobre a criação dos cargos em comissão necessários.

O autor justificou a iniciativa afirmando que a Candangolândia, região administrativa com dezessete mil habitantes, não dispõe de uma delegacia de polícia, o que obriga a população a se deslocar para o Núcleo Bandeirante sempre que necessita dos serviços da Polícia Civil,

O projeto recebeu pareceres orais favoráveis das Comissões de Segurança e de Constituição e Justiça, e foi aprovado em 1º e 2º turnos, tudo em sessões extraordinárias realizadas na mesma data.

Remetido ao Governador, o projeto foi considerado inconstitucional por tratar de matéria cuja iniciativa somente compete ao Chefe do Executivo, qual seja, *criação, estruturação e atribuições de secretarias de governo, órgãos e entidades da administração pública*, conforme disposto no art. 71, § 1º, inciso IV, da Lei Orgânica, bem assim *organização e funcionamento da administração distrital*, conforme art. 100, inciso IV, do

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Pl. n.º 1567/04
Fl. n.º 26



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Em discussão o relatório.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, de acordo com a reunião do Colégio de Líderes, votaremos pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto **exige**, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por **escrutínio** secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, **depositando-o**, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa,

(Procede-se à votação por **escrutínio** secreto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Convido o Deputado Wilson Lima a servir como escrutinador. (Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Foram encontrados 15 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários.

Total de votantes: 15.

Foi rejeitado o veto,

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Em face da falta de *quorum*, pergunto aos Líderes se querem prosseguir com a apreciação da pauta.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, conforme entendimento e deliberação do Colégio de Líderes, há acordo para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 106, de 2004, constante do item nº 33, em sessão extraordinária, se V.Exa. assim decidir, Houve uma discussão na sala do cafezinho e os Líderes concordaram em realizar sessão extraordinária para a apreciação desse item,

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	53

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estamos propondo que se encerre esta sessão e se convoque sessão extraordinária para que o item nº 33 seja apreciado. Assim, corrigiremos uma injustiça que tem penalizado muitos contribuintes do Distrito Federal.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me manifestar sobre o assunto. Na última sessão, realizada na quinta-feira, estávamos com o *quorum* assegurado para apreciar essa matéria que tem prejudicado muitos contribuintes e a classe dos contadores do Distrito Federal. Lembro-me da solicitação feita pelo nosso querido amigo Raimundinho, de Taguatinga, e por tantos outros companheiros que têm nos solicitado que apreciemos a matéria. Portanto, gostaríamos de realizar sessão extraordinária para que essa questão seja definitivamente decidida.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, do ponto de vista regimental, numa hipótese como esta,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	54

encerrar-se-ia a sessão ordinária e abrir-se-ia sessão extraordinária para tal votação, e não haveria o trancamento da pauta. Se há acordo entre os Líderes, pelo entendimento de S.Exas., o projeto deve prosperar,

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A questão não é esta, Deputado Chico Leite. O que me preocupa é que neste presente momento não há mais *quorum*.

Convoco todos os Parlamentares que se encontram em seus gabinetes para que compareçam ao plenário e participem da votação.

Solicito ao Sr, Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05/04/05	15h09min	25ª ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Encerraremos a presente sessão, convocando sessão extraordinária para a apreciação de item único da pauta.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra,

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já que V.Exa. atendeu aos reclamos da categoria dos contadores, solicito a V.Exa. que votemos o projeto em primeiro e em segundo turnos, para resolvermos de vez a questão dos nossos amigos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h33min.)



LIDO
Em 06/04/05
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA**

**ATA SUCINTA DA 25ª
(VIGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 5 DE ABRIL DE 2005.**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Fábio Barcellos, Wilson Lima e Chico Floresta.

SECRETARIA: Deputados Chico Vigilante, Wilson Lima e Chico Floresta.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 9 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 30 minutos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados;

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| • Aguinaldo de Jesus (PMDB) | • Expedito Bandeira (PMDB) |
| • Anilcéia Machado (PMDB) | • Ivelise Longhi (PMDB) |
| • Aríete Sampaio (PT) | • João de Deus (PMDB) |
| • Augusto Carvalho (PPS) | • Jorge Cauhy (PMDB) |
| • Benício Tavares (PMDB) | • José Edmar (Prona) |
| • Brunelli (PP) | • Leonardo Prudente (PFL) |
| • Chico Floresta (PT) | • Maria da Guia (sem partido) |
| • Chico Leite (PT) | • Odilon Aires (PMDB) |
| • Chico Vigilante (PT) | • Paulo Tadeu (PT) |
| • Eliana Pedrosa (PFL) | • Peniel Pacheco (PDT) |
| • Erika Kokay (PT) | • Wilson Lima (Prona) |
| • Eurides Brito (PMDB) | • Fábio Barcellos (PFL) |

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de **Deus**, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DAS ATAS

- São lidas e aprovadas, sem observações, as Atas da 24- Sessão Ordinária e da 6ª Sessão Extraordinária.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1.2 COMUNICADOS DA MESA

- **Mensagem nº 89, de 2005**, do Governador do Distrito Federal, que encaminha a **Prestação de Contas Anual do Governo do Distrito Federal relativa ao exercício de 2004**. *
- **Projeto de Lei nº 1.819, de 2005**, de autoria do Deputado Chico Floresta.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2005**, de autoria do Deputado Expedito Bandeira.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2005**, de autoria do Deputado Benício Tavares.
- **Projeto de Resolução nº 103, de 2005**, de autoria do Deputado Chico Leite e outros.
- **Indicação nº 3.347, de 2005**, de autoria do Deputado Benício Tavares.
- **Requerimento nº 1.836, de 2005**, da Deputada Erika Kokay,
- **Requerimento nº 1.837, de 2005**, da Deputada Erika Kokay.

* Obs.: O anexo da mensagem será publicado em suplemento do DCL.



Em 05/04/05
Assessoria de Planário

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM
N.º 089 /2005-GAG

PROC 50/2005

Brasília, 31 de março de 2005

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em
seguida à CEOF.

Em, 06/04/05.

[Assinatura]
Gerson Pinheiro Lima
Presidente da Assessoria de Planário

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, a Prestação de Contas Anual do Governo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 2004, nos termos do inciso XVII do artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Valho-me da oportunidade, para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

[Assinatura]
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

Assessoria de Planário
Recebi em 01/04/05 às 09:30h
[Assinatura]
Assessoria

Excelentíssimo Senhor
Deputado FÁBIO BARCELLOS
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
BRASÍLIA - DF

L I D O
Em 05/04/05
Souza
Assessoria de Plenário



Câmara Legislativa
do Distrito Federal

GABINETE DO DEPUTADO CHICO FLORESTA

PL 1819/2005

PROJETO DE LEI Nº

(Autor: Deputado Distrital **CHICO FLORESTA**)

Dispõe sobre o perdão das dívidas de ex-servidores conveniados da NOVACAP que exerciam cargo em comissão no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo adotará os procedimentos normativos e administrativos necessários ao perdão das dívidas dos ex-servidores conveniados da NOVACAP, que exerciam cargos em comissão no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade fazer justiça a um número considerável de pessoas que, recentemente, vêm sendo pressionadas por órgãos da Administração Pública do Distrito Federal no sentido de efetuar o recolhimento de valores correspondentes a dívidas decorrentes de acumulação de emprego de ex-servidores conveniados das NOVACAP, que exerciam cargos em comissão no GDF.



GABINETE DO DEPUTADO CHICO FLORESTA

A cobrança decorre da Decisão nº 9702/2000, de 14 de dezembro de 2000, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que entendeu ser incompatível a acumulação de empregos de **conveniados** com cargo em comissão.

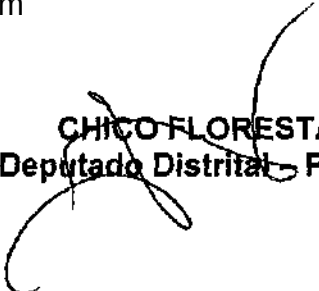
As **dívidas** alcançam valores muito elevados, sendo certo **que**, em alguns casos, se o **ex-servidor** fosse efetuar o recolhimento, mesmo que se desfizessem da totalidade de seus bens, não reuniriam condições financeiras suficientes para o pagamento.

Acrescente-se que, sem adentrar aos aspectos inerentes à **legalidade** da determinação da Corte de Contas, o ato de nomeação dos **ex-servidores**, que mantinham emprego por força de convênios firmados com a NOVACAP, em cargos comissão foi efetivada por ato do Chefe do Poder Executivo. Vale dizer: não foram os **ex-servidores** que promoveram a sua própria **nomeação**, não podendo, agora, vários anos **depois**, se verem obrigados a devolver valores que não possuem.

Desta forma, entendendo que o presente Projeto de Lei promoverá medida de justiça com vários pais e mães de **família**, que se encontram à beira do **desespero**, conclamamos os nobres pares a votar favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Sessões, em

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital - PT/DF





PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº PDL 436/2005
(Do Deputado EXPEDITO BANDEIRA)

**Concede Título de Cidadão
Honorário de Brasília ao Se-
nhor Nauro Jorge Esteves.**

Art. 1º - Fica Concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Nauro Jorge Esteves.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Senhor Nauro Jorge Esteves, nascido em 26 de agosto de 1923, natural do Rio de Janeiro, chegou em Brasília, para ajudar na construção desta cidade, na década de 50. Formou-se em Arquitetura pela Faculdade Nacional de Arquitetura UB – Rio de Janeiro, ganhou o primeiro lugar no Concurso de Anteprojeto realizados pelo Instituto de Arquitetura do Brasil, para estudantes de arquitetura da FNA-EB - 1949.

Graças ao seu brilhante trabalho recebeu as condecorações de Ordem do Mérito Santos Dumont do Ministério da Aeronáutica, a de Ordem de Mérito Tamandare, a de Ordem do Mérito do Pacificador e a Medaíha "Amiga da Marinha" do Ministério da Marinha.

Iniciou a sua carreira como assistente de Oscar Niemeyer e Arquiteto-chefe de seu escritório de arquitetura, foi autor do projeto do Lago Paranoá. Em Brasília, entre 1956 e 1960, foi chefe da Divisão de Arquitetura do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da NOVACAP, foi membro do Conselho de Urbanismo e Arquitetura do Distrito Federal. Nos anos de



1961 a 1965 foi Diretor da Divisão de Arquitetura da Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Brasília. Entre 1965 e 1968 foi coordenador de arquitetura e urbanismo da Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura de Brasília. Nos anos de 1970 a 1973, trabalhou no desenvolvimento do projeto arquitetônico, de autoria do Arquiteto Oscar Niemeyer, do Hotel Nacional do Rio de Janeiro.

Seus principais projetos foram: Palácio do Buriti - Sede do Governo do Distrito Federal; Edifício das Secretarias - Anexo do Palácio do Buriti; Tribunal de Contas do Distrito Federal; a sede do Supremo Tribunal Militar; Hotel Nacional de Brasília; Conjunto Nacional de Brasília; Centro Comercial Gilberto Salomão; Centro Comercial Amazonas; Edifício Casa de São Paulo; Edifício Alvorada; Edifício Carioca; Edifício Sônia; Edifício Pereira de Mattos; igreja Adventista do Sétimo Dia; Apartamentos e residências diversas em Brasília.

Foi responsável pela urbanização de diversas Super Quadra em Brasília, além do parque da Torre de TV e a Fonte Sonoro-Luminosa.

Este Candango, é considerado o pioneiro dos pioneiros, morador de nossa Capital da Republica, foi responsável por parte do desenvolvimento de nossa cidade.

Por seu trabalho em prol da comunidade do Distrito Federal é mais do que justo a concessão do Título de Cidadão Honorário de Brasília, o que valorizar ainda mais a sua missão.

Sala das Sessões, de de 2005.


EXPEDITO BANDEIRA
Deputado Distrital

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES****Projeto de Decreto Legislativo n.º PDL 437/2005****(do Dep. Benício Tavares - PMDB)**

**Concede o título de cidadão honorário de
Brasília ao Dr. Ely Toscano Barbosa.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Ely Toscano Barbosa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO:

O Dr. Ely Toscano Barbosa nasceu em Porto Alegre onde se graduou pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre da Universidade do Rio Grande do Sul, no período de 1947 a 1952.

Está em Brasília desde 1960, onde participou do primeiro serviço de hemodinâmica e cirurgia cardíaca com circulação extra corpórea, promovendo as primeiras correções de defeitos cardíacos congênitos ou adquiridos no Planalto Central em 1963.

O emivalente homenageado tem residência médica no Brasil, México e Clínica Maio, nos U.S.A. Possui filiações em Sociedades Médicas no Brasil e no Exterior. Participou de cerca de 150 Congressos no Brasil e no Exterior.

Deflui de todo o exposto o alto mérito do destacado médico e professor Dr. Ely, o qual, estamos certos preenche “ ex abundância ” os requisitos para indicação

Assessoria de Planalto
Recbi em 05/04/05 às 11:36
Quilô 12071-0

Handwritten signature/initials



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES

que temos a satisfação de fazer aos nossos excelsos Pares, que estou certo darão à medida o indispensável respaldo,

Para melhor compreensão do alegado, junto ao presente uma cópia do “curriculum vitae” do índito médico que viso a homenagear.

Sala da Comissões, em

BENÍCIO TAVARES

Deputado Distrital

CURRICULUM VITAE DE ELY TOSCANO BARBOSA

NASCIMENTO: 07 DE JANEIRO DE 1925
PORTO ALEGRE (POA) – RIO GRANDE DO SUL (RS)

ESCOLARIDADE : CURSO PRIMÁRIO
COLÉGIO **ESTATUAL** PAULA SOARES
TRÊS PRIMEIROS ANOS = DE 1935 A 1937

COLÉGIO CRUZEIRO DO SUL
QUARTA SÉRIE E ADMISSÃO = DE 1938 A 1939
POA – RS

CURSO GINASIAL
COLÉGIO ESTADUAL JÚLIO DE CASTILHOS DE 1940 A 1943
POA – RS

CURSO SECUNDÁRIO
COLÉGIO ESTADUAL JÚLIO DE CASTILHOS DE 1944 A 1946

CURSO UNIVERSITÁRIO

FACULDADE DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE DA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL DE 1947-1952.

EM BRASÍLIA DESDE 18/04/1960.

FUNDADOR E ORGANIZADOR DO SERVIÇO DE CARDIOLOGIA DO:

- a) HOSPITAL DE **BASE**, EM 1960, COM INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO SERVIÇO DE **HEMODINÂMICA** E CIRURGIA **CARDÍACA** COM CIRCULAÇÃO EXTRA **CORPÓREA**, PROMOVENDO AS PRIMEIRAS CORREÇÕES DE DEFEITOS CARDÍACOS CONGÊNITOS E **ADQUIRIDOS**, NO PLANALTO CENTRAL, EM 1963.
- b) HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: ORGANIZADOR DO SEU PRIMEIRO SERVIÇO DE CARDIOLOGIA, EM 1973, COM INSTALAÇÃO DO SEGUNDO SERVIÇO DE HEMODINÂMICA E **CIRURGIA CARDÍACA** NO **PLANALTO CENTRAL**, EM 1976.
- c) COORDENADOR DO CURSO DE CARDIOLOGIA DA **UNB** (PRIMEIRO **COORDENADOR**, O PROF. **JACQUES BULÇÃO**, FALECIDO, **PREMATURAMENTE**, NOS PRIMEIROS MESES DO CURSO) SENDO RESPONSÁVEL PELA FORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE METADE DOS **CARDIOLOGISTAS HOJE EM ATIVIDADE NO DISTRITO FEDERAL.**
- d) CRIADOR, FUNDADOR DO PRIMEIRO SERVIÇO DE CARDIOLOGIA DO HOSPITAL STA. **LUCIA**, 1973;
- e) CRIADOR, FUNDADOR DO INSTITUTO DE DOENÇAS **CARDIOVASCULARES**, 1979.

ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA:

- 1) PROFESSOR E INSTRUTOR DE ENSINO DA FACULDADE DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE - UNIVERSIDADE DO RS, (1958) FACULDADE NACIONAL DO RJ, 1967. UNB 1969 A 1972.
- 2) TRABALHOS PUBLICADOS EM REVISTAS AMERICANAS E BRASILEIRA
- 3) REFERÊNCIAS A TRABALHOS PUBLICADOS EM REVISTAS ESTRANGEIRAS E BRASILEIRAS
- 4) CURSOS FREQUENTADOS EM SERVIÇOS NO EXTERIOR E NO BRASIL DE 1949 ATÉ 1988
- 5) RESIDÊNCIA E INTERNATO NO BRASIL, MÉXICO E MAYO CLINIC NO USA..
- 6) FILIAÇÃO À SOCIEDADES MÉDICAS NO BRASIL E EXTERIOR: 11
- 7) ATIVIDADE EM HOSPITAL DE 1950 ATÉ 2004.
- 8) CARGOS E ATIVIDADES CIENTÍFICAS EM SOCIEDADES MÉDICAS DESDE 1958 : 118.
- 9) CURSOS MINISTRADOS EM SOCIEDADES MÉDICAS E HOSPITAIS: 100
- 10) PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS NO EXTERIOR E NO BRASIL: 150.
- 11) TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS : 169
- 12) PARTICIPANTE DE SIMPÓSIOS E MESA REDONDA: 63
- 13) MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA: 8
- 14) HOMENAGENS, CONDECORAÇÕES E REFERENCIA PESSOAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS: 85
- 15) HONRARIAS E CONDECORAÇÕES DECORRENTES DE ATIVIDADE MÉDICA EM BRASÍLIA. MÉRITO ALVORADA, MÉDICO PIONEIRO DE BSB, PACIFICADOR DAS FORÇAS ARMADAS, DIPLOMA DE RECONHECIMENTO POR SERVIÇOS PRESTADOS AS FORÇAS ARMADAS, ORDEM DO MÉRITO DO JUDICIÁRIO MILITAR, ORDEM DO MÉRITO DAS TRÊS FORÇAS ARMADAS E DO MINISTÉRIO DA DEFESA, ENTRE OUTROS..

ELY TOSCANO BARBOSA

tido
Em 05/04/05
Assinatura de Plenário

Projeto de Resolução nº PR 103/2005
(Deputado Chico Leite e outros)

Altera o art. 78, XIII, do Regimento Interno, para que a distribuição das proposições, no âmbito das Comissões, seja aleatória.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 42, inciso II, alínea V, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O art. 78, XIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 167 de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação;

"Art.78....."

XIII - designar, de forma aleatória e mediante sorteio, Relator e Relator Substituto e distribuir-lhes as matérias sujeitas a parecer, obedecidas as compensações."
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O art. 78, inciso XIII, do Regimento Interno, dispõe que "ao Presidente de Comissão (...) compete **designar Relator e Relator Substituto e distribuir-lhes as matérias sujeitas a parecer**".

Como se verifica, ao não dispor o referido artigo sobre a forma de distribuição, não restou vedada a designação direcionada da relatoria.

Assim, **em homenagem ao Princípio do Juiz Natural, segundo o qual nenhum juiz poderá escolher sua causa, assim como a causa não poderá escolher seu julgador**, é que proponho, nos termos deste Projeto, a distribuição das relatorias de forma aleatória, mediante sorteio e obedecidas as compensações,

Referido Princípio tem assento constitucional, em especial no art. 5º, LIII, que dispõe que "**ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente**". Por autoridade competente, a doutrina e a jurisprudência pátrias entendem

05/04/05 16:02:51

Ass. e
A 2/7
Eduardo
12/12/05

que, além da competência jurisdicional, requer-se do julgador imparcialidade no julgamento da causa.

Assim, de sorte a que tenhamos uma distribuição, que permita ao Relator atuar, sempre que possível, como terceiro desinteressado e imparcial, com a necessária isenção que requer o mister, é que proponho a acolhida deste Projeto, submetendo-o ao escrutínio dos meus nobres pares, o que contribuirá, sem dúvida, para um processo legislativo mais transparente.

Sala das Sessões, em

Deputado AGUINALDO DE JESUS

Deputada ARLETE SAMPAIO

Deputado BENÍCIO TAVARES

Deputado CHICO FLORESTA

Deputado CHICO VIGILANTE

Deputada ERIKA KOKAY

Deputado EXPEDITO BANDEIRA

Deputada IVELISE LONGHI

Deputado JORGE CAUHY

Deputado LEONARDO PRUDENTE

Deputado ODILON AIRES

Deputado PENIEL PACHECO

Deputada ANILCÉIA MACHADO

Deputado AUGUSTO CARVALHO

Deputado BRUNELLI

Deputado CHICO DEITE

Deputada ELIANA PEDROSA

Deputada EURIDES BRITO

Deputado FÁBIO BARCELLOS

Deputado JOÃO DE DEUS

Deputado JOSÉ EDMAR

Deputada MARIA DA GRÁZIA LIMA CRUZ

Deputado PAULO TADEU

Deputado WILSON LIMA

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO DEPUTADO BENÍCIO TAVARES**INDICAÇÃO Nº**
(Do Dep Benício Tavares)

IND 3347/2005

Sugere à Secretaria de Infra-Estrutura e Obras do GDF a colocação de um quebra-molas na via que divide as quadras 200 das quadras 400 , em Samambaia Norte.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal , nos termos do art .143 do seu Regimento Interno , sugere à Secretaria de Infra-Estrutura e Obras a colocação de um quebra- molas na via que divide as quadras 200 das quadras 400 , em Samambaia Norte.

JUSTIFICAÇÃO

A comunidade das quadras 200 e 400 de Samambaia Norte reclama há muito tempo a colocação de quebra- molas no local. De fato, diante da iminência de atropelamentos e acidentes fatais, como de fato ocorreu recentemente, com uma criança , o local tem um trânsito intenso e fica defronte uma Escola de 1º grau , na QR 225. A saída dessas crianças é bastante movimentada e motoristas mais afoitos colocaram em risco suas vidas.

Ressalte-se que, para a implantação desse quebra molas, de acordo com o Diário Oficial do Distrito Federal do dia 31/12/2004 , há recursos na Secretaria de Infra-Estrutura para atender essa despesa.

Em razão do exposto, solicito dos Senhores Pares a aprovação dessa Indicação.
Sala das Comissões , em de 2005.

Assessoria de Plenário
Recebido em 05/04/2005 às 11:35
1207160
Assinatura

Deputado Benício Tavares
Deputado Distrital -PMDB



Requerimento nº RQ 1836/2005
(Da Srª Deputada Erika Kokay)

Assessoria de Planário
Recebido em 04/04/05 às 17:10
16395-14
Secretaria

Requer informações à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal sobre a quantidade de alunos que efetivaram matrícula no sistema público de ensino.

Excelentíssimo Srº. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 60, inciso XXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 40, I, alíneas "a" e "b" do Regimento Interno, que sejam solicitadas à Srª. Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal as seguintes informações sobre a quantidade de estudantes matriculados;

1. Quantos estudantes foram inscritos no tele-matrícula, por meio do telefone 156, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em 2005?
2. Dos estudantes inscritos no sistema de tele-matrícula, quantos efetivaram a matrícula na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em 2005?
3. Dos estudantes que solicitaram matrícula, por meio do sistema de 156, quantos ficaram sem vagas?
4. Informar por Região Administrativa e por nível de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), a quantidade de estudantes que não tiveram a matrícula confirmada.

Justificação

A Constituição Federal determina que é dever do Estado e da Família prover a educação, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o mercado de trabalho. A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) é arrojada no que diz respeito à educação, reservando 24 artigos para dispor sobre a matéria. A LODF destaca, no título VI, capítulo IV, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental, a garantia da educação infantil e a progressiva extensão do ensino médio.

De acordo com os dados divulgados pela imprensa, neste ano de 2005, mais de cinco mil crianças de quatro, cinco e seis anos, matriculadas na rede pública de ensino do Distrito Federal estudarão em condição de imprevisto e outros dois mil estudantes do ensino médio e fundamental, moradores do



Recanto das Emas, serão deslocados para salas **alugadas** na Faculdade da Terra de Brasília, na área rural da cidade. Além disso, estima-se que o sistema 156 (**pré-matrícula**) registrou um volume superior a 40 mil crianças, que solicitaram vagas para educação infantil, demanda acima do esperado pela Secretaria de Educação.

Em nosso gabinete recebemos inúmeras **reclamações** e questionamentos sobre as dificuldades de conseguir matrículas na rede pública de ensino do Distrito **Federal**.

O presente requerimento tem a finalidade de buscar esclarecimentos sobre a temática e dar cumprimento aos **princípios** consagrados na Constituição Federal e no artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, especialmente os da legalidade, moralidade, publicidade e **impessoalidade**. Assim como, cumprir a função fiscalizadora da Câmara Legislativa em obediência ao artigo 60, XLII, parágrafo 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o disposto nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal. As informações também vão subsidiar a atuação desta parlamentar na área de educação.

Assim, no exercício da competência **parlamentar**, solicito que sejam as informações encaminhadas no prazo legal.

Diante do exposto, **solicito** apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala de **Sessões**, de março de 2005.

ERIKA KOKAY
DEPUTADA DISTRITAL - PT/DF



**Requerimento nº RQ 1837/2005
(Da Deputada Erika Kokay)**

Assessoria de Plenário
Recebi em 04/04/05 às 17:11
16395-14
Assinatura

**Solicita a tramitação conjunta dos Projetos
de Decreto Legislativo nº 256/04 e 425/05.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com amparo nos arts. 154 e 155, do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nº 256/04 e 425/05 que versam sobre a mesma matéria.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se o presente Requerimento por versarem os projetos de decreto legislativo em questão sobre assunto da mesma natureza, sendo que o PDL 256/04 foi protocolizado anteriormente ao PDL 425, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

Isso posto, espero contar com o apoio unânime dos Deputados desta Casa para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, 04 de abril de 2005.

**ERIKA KOKAY
DEPUTADA DISTRITAL – PT/DF**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO WILSON LIMA, em nome do Prona.

- Expressa seu pesar pelo falecimento do Papa João Paulo II que liderou de forma marcante a Igreja Católica, atuando em favor da paz mundial.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, líder da bancada do PT.

- Solidariza-se com o pronunciamento do Deputado Wilson Lima e destaca a atitude de humildade e tolerância com que o pontífice conduziu a Igreja Católica.

- Elogia a decisão do Procurador-Geral do Ministério Público do DF que encaminhou ao Tribunal de Justiça solicitação de intervenção federal no DF.

- Especifica que foram infringidos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e descumprida sentença judicial que impõe ao GDF a adequação a esse Estatuto.

- Esclarece que a decisão do Procurador-Geral do MPDFT se baseou em denúncia do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança, por intermédio da CDDHCEDP.

- Cita dados do MPDFT, que indicam falta de prioridade do GDF na aplicação de recursos em políticas públicas para a criança e o adolescente.

- Afirma que o Caje não recupera os menores e que o cumprimento da legislação em vigor é suficiente para reduzir os índices de delinquência entre jovens.

- Conclama a todos para que tomem conhecimento dos problemas do Caje.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO, em nome do PPS.

- Convida a todos para o lançamento da Campanha Nacional pelo Desarmamento, um evento suprapartidário que marcará o engajamento da população brasiliense em prol do desarmamento,
- Considera urgente essa mobilização em virtude de pressão do "lobby da bala" para inviabilizar a realização do plebiscito previsto pelo Estatuto do Desarmamento e aprovado pelo Congresso Nacional.

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADA IVELISE LONGHI (PMDB)

- Narra dois exemplos de plágio para ilustrar fato ocorrido nesta Casa.
- Lembra que, em agosto do ano passado, apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 91, que dispõe sobre o parcelamento do solo, vetado pelo Governador por vício de iniciativa.
- Acrescenta que, apesar de o Governador ter enviado a esta Casa a Mensagem nº 71, em que retirava o veto, este foi apreciado e mantido.
- Manifesta sua surpresa por ter verificado que o PLC nº 71/2004, de sua autoria, passou a ser o PLC nº 109/2005, de autoria de vários deputados.
- Sugere que todos os deputados, após a retirada do PLC nº 109/2005, assinem novo projeto de mesmo teor.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)

- Relata sua visita, juntamente com parlamentares do PT, ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.
- Explica que foi reivindicada a mesma forma de pagamento para o reajuste de policiais civis e de policiais e bombeiros militares.
- Argumenta que não há justificativa para o pagamento integral aos policiais civis e parcelado em duas vezes aos policiais e bombeiros militares.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Mostra-se satisfeito com o resultado dos trabalhos que a Comissão de Defesa do Consumidor realizou em conjunto com o Procon, o Inmetro e a Vigilância Sanitária.
- Comenta *blitz* feita no supermercado Baratudo, em Santa Maria, em que foram constatadas diversas irregularidades.
- Acrescenta que a Comissão e os órgãos irão apurar os abusos das operadoras telefônicas.
- Manifesta pesar pelo falecimento do Papa João Paulo II.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PFL)

- Apoia o pagamento integral do reajuste salarial aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.
- Considera urgente a modernização das estruturas policiais no País pelo Governo Federal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO LEITE (PT)

- Afirma que luta pela ética na política desta Casa desde 2003 e exemplifica com dois projetos de sua autoria: o que trata da distribuição dos projetos nas comissões e o que dispõe sobre o término do voto secreto.

- Pede a instalação da Comissão da Juventude.
- Salienta que a defesa do consumidor tem sido a prioridade do seu mandato e destaca a luta contra as operadoras de telefonia.
- Conclui que esta Casa Legislativa presta serviço ao Distrito Federal.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Julga discriminatória a proposta do Governador Roriz aos policiais e bombeiros militares do DF.

- Defende o pagamento integral do reajuste de 17% e a criação de um plano de carreira para as categorias.

- Avalia que esta Casa deve apoiar os policiais e bombeiros militares e lutar pela desmilitarização da polícia.

- Censura as empresas e o GDF por não assumirem a concessão do passe livre, uma conquista do movimento estudantil.

- Declara-se favorável à aprovação da Comissão da Juventude.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT)

- Comunica que, no próximo dia 9, será lançada pelo Ministério das Cidades a Campanha Nacional pelos Planos Diretores Participativos.

- Refere-se ao atraso do DF na discussão dos planos referentes ao Gama e à Planaltina.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Comenta a realização de audiência pública, hoje, para discutir o projeto que define a poligonal do Parque Nacional.
- Esclarece que a versão da TV Globo de que a CPI da Saúde está paralisada não corresponde aos fatos, uma vez que os trabalhos já foram iniciados.
- Menciona que o aumento dos policiais e bombeiros militares e dos policiais civis será retroativo a 1º de fevereiro, conforme foi assegurado pelo Ministério do Planejamento.
- Aprova o debate do plano de cargos e salários para os policiais e bombeiros militares.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB)

- Ressalta que a análise dos planos diretores será assunto preferencial da Comissão de Assuntos Fundiários.
- Solicita a transcrição, nos Anais da Casa, de dois boletins de ocorrência por ela registrados na 10ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal.

DEPUTADA MARIA DA GUIA (sem partido)

- Anuncia sua filiação ao PSDB.
- Homenageia o Papa João Paulo II.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Apreciação do **veto total**, pelo processo de escrutínio secreto - arts. 191 e 195 do Regimento Interno e 21, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 13/1996 - **do Projeto de Lei nº 3.062, de 2002**, de autoria do Deputado Chico Floresta (PT), que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos semi-automáticos externos os locais que menciona e dá outras providências". **REJEITADO** com 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

(2º) **ITEM 10:** Apreciação do **veto total**, pelo processo de escrutínio secreto - arts. 191 e 195 do Regimento Interno e 21, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 13/1996 - **do Projeto de Lei nº 1.368, de 2004**, de autoria do Deputado Wigberto Tartuce (PP), que "Dispõe sobre o procedimento de notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de urgência e emergência, públicos e privados, bem como na rede básica de atendimento, no Distrito Federal". **REJEITADO** com 16 votos contrários e 1 voto favorável. Houve 7 ausências.

(3º) **ITEM 20:** Apreciação do **veto total**, pelo processo de escrutínio secreto - arts. 191 e 195 do Regimento Interno e 21, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 13/1996 - **do Projeto de Lei nº 1.567, de 2004**, de autoria do Deputado Expedito Bandeira (PMDB), que "Dispõe sobre a criação, na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia de Polícia da Candangolândia, Região Administrativa XIX, e dá outras providências". **REJEITADO** com 15 votos contrários. Houve 9 ausências.



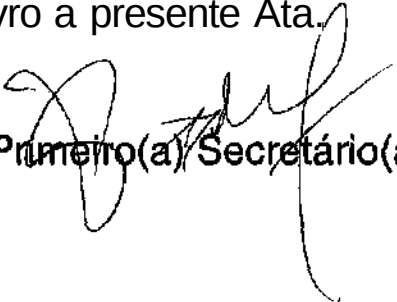
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

4 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Chico Floresta):

- Convoca os deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.


Primeiro(a) Secretário(a)

(A/SR/SN).